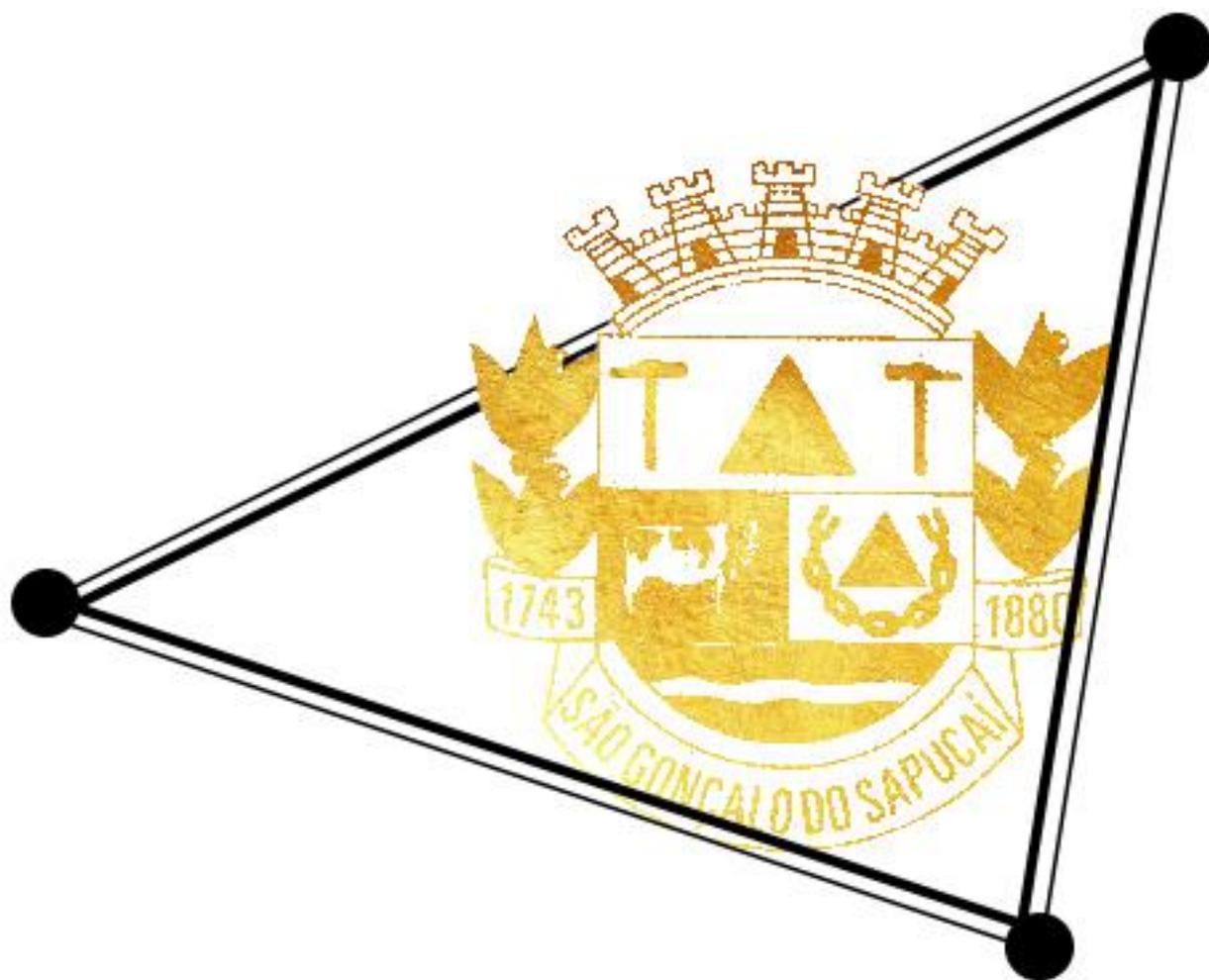


ARQUITETURA PÚBLICA

PROJETO DE UMA PREFEITURA EM
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS MG
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALEPH CESAR RAMOS JUNHO



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS MG
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALEPH CESAR RAMOS JUNHO



ARQUITETURA PÚBLICA:
Projeto de uma Prefeitura em São Gonçalo do
Sapucai – MG

Varginha-MG
Novembro/2018

ALEPH CESAR RAMOS JUNHO

ARQUITETURA PÚBLICA:
Projeto de uma Prefeitura em São Gonçalo do
Sapucai – MG

Trabalho apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS MG como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel, sob orientação da Prof. Aline Bratrís Skowronski.

Varginha-MG
Novembro/2018

ALEPH CESAR RAMOS JUNHO

ARQUITETURA PÚBLICA:
Projeto de uma Prefeitura em São Gonçalo do
Sapucai – MG

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS MG, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel pela Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovado em / /

Prof. Orientador

Prof.

Prof.

OBS.:

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar dentro do contexto da arquitetura pública, a figura de uma prefeitura municipal, e apontar a importância deste edifício para a configuração da identidade da cidade e para o contexto urbano, além de reforçar o direito da população em exercer a democracia através deste edifício.

Com base nas deficiências encontradas na atual sede da prefeitura municipal da cidade de São Gonçalo do Sapucaí, a proposta deste trabalho fundamenta-se em apresentar uma solução para supri-las através da elaboração do projeto de uma nova prefeitura, focando no caráter público que tal edifício deve possuir e que irá ser obtido por meio da integração entre o espaço público e privado, bem como entre o edifício e a população.

Sendo assim, serão discutidos temas acerca da maneira como o Estado utiliza a arquitetura pública para a demonstração de poder e imponência, estudos teóricos de como se conduz a uma arquitetura autêntica e capaz de exercer bem seu papel social e cultural, as relações entre o espaço público e o privado, e sua evolução com o tempo, além de análises projetuais e estudos de caso concretos.

Conclui-se, portanto, que mediante a realização das pesquisas, torna-se possível apresentar soluções adequadas às necessidades e demandas atuais, e que caracterizam o edifício com sua devida importância tanto para a cidade, quanto aos funcionários e usuários do mesmo.

Palavras-Chave: Prefeitura Municipal. Arquitetura Pública. Institucional. Poder Público.

ABSTRACT

The present work seeks to present within the context of the public architecture, the figure of a municipal city hall, and to point out the importance of this building for the configuration of the city's identity and for the urban context, besides reinforcing the right of the population to exercise democracy through this building.

Based on the deficiencies found in the current headquarters of the municipal government of the city of São Gonçalo do Sapucaí, the proposal of this work is based on presenting a solution to supply them through the elaboration of the project of a new city hall, focusing on the public character that such building must have and that will be obtained by means of the integration between the public and private space, as well as between the building and the population.

Thus, we will discuss themes about how the State uses public architecture for the demonstration of power and grandeur, theoretical studies on how to conduct an authentic architecture and capable of exercising its social and cultural role well, relations between space public and private, and its evolution over time, as well as design analyzes and concrete case studies.

It is concluded, therefore, that by carrying out the surveys, it becomes possible to present solutions adequate to the current needs and demands, and that characterize the building with its due importance both for the city, as well as its employees and users.

Keywords: City Hall. Public Architecture. Institutional. Public Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Edifício dos Brandão	3
Figura 2 - Foto de um encarte de 1990 da antiga prefeitura.....	4
Figura 3 - Foto de um encarte de 1990 mostrando o edifício do Banco do Brasil antes da reforma para incluir a atual sede da Prefeitura e Câmara Municipal.	4
Figura 4 – Atual edifício da Prefeitura Municipal com acesso à direita.	5
Figura 5 - Localização “macro” da cidade.	6
Figura 6 - Distância da Fernão Dias ao terreno proposto para o projeto.....	6
Figura 7 - Mapa com indicação da localização da área de estudo.....	7
Figura 8 - Mapa com identificação do objeto de estudo e terreno para a proposta.	8
Figura 9 - Vista para a entrada do terreno pela área de cota mais alta.	9
Figura 10 - Vista para a entrada do terreno pela área de cota mais baixa.	9
Figura 11 - Vista panorâmica do terreno.	9
Figura 12 – Esquematização do conceito inicial de Paço Municipal.	17
Figura 13 – Modelo de Paço Municipal utilizado, unindo os três poderes.	19
Figura 14 – Modelo da segregação do Paço Municipal como exemplo na cidade de Varginha.	19
Figura 15 – Retrato de Luiz IV por Hyacinthe Rigaud.	20
Figura 16 – Artista Eduardo Kobra e seu mural de três mil m ² para as Olimpíadas do Rio de Janeiro.....	21
Figura 17 – Monumento às Bandeiras.	21
Figura 18 - Foto da construção de Brasília.....	22
Figura 19 – Eixo monumental de Brasília.	23
Figura 20 – Representação do Palácio do Planalto, Palácio do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.	24
Figura 22 – Casa da Ópera de Sydney.....	25
Figura 23 – Instituição Educacional La Samaria.	26
Figura 24 – Plano da obra de Barcelona.....	26
Figura 25 - O quaterno contemporâneo.....	28
Figura 26 - Entrada para a Prefeitura Municipal de Suzano.....	33
Figura 27 - Entrada para a Prefeitura Municipal.	34
Figura 28 - Croqui da proposta da prefeitura e da câmara municipal.	34
Figura 29 - Entrada para a Câmara Municipal pela lateral direita do edifício.	35
Figura 30 - Espaço aberto interno.....	35
Figura 31 - Espaço aberto Interno.	35
Figura 32 - Fundos da edificação com extensão para a praça aberta.	36
Figura 33 - Acesso vertical e cobertura.	36
Figura 34 - Esquema representativo das divisões de área da Prefeitura e Câmara Municipal de Suzano.	37
Figura 35 - Esquema representativo das divisões de área da Prefeitura Municipal de Suzano – Perspectiva frontal.	38
Figura 36 - Prefeitura Municipal Dr. Halley Lopes Bello.....	38
Figura 37 - Fases iniciais da construção do Paço Municipal.....	39
Figura 38 - Fases iniciais da construção do Paço Municipal.....	39

Figura 39 - Manifestação em prol do Dia da Consciência Negra.....	40
Figura 40 - Evento musical na Prefeitura Municipal.....	40
Figura 41 - Evento de dança.	41
Figura 42 - Evento de comemoração das Olimpíadas e 124 anos de idade.....	41
Figura 43 - Evento de ciclismo com ponto partida na Prefeitura Municipal.....	42
Figura 44 - Espaço central do edifício.....	42
Figura 45 – Esquema representativo das divisões de área da Prefeitura de Cambuí.....	43
Figura 46 - Centro Cívico de Santo André.	44
Figura 47 - Implantação dos edifícios no terreno.	45
Figura 48 - Vista para o Centro Cívico.	46
Figura 49 - Vista para prefeitura.....	47
Figura 50 - Entorno tombado.....	47
Figura 51 – Esquema representativo das áreas do Centro Cívico de Santo André.	48
Figura 52 - Área com vegetação entre as ruas Santa Efigênia e Senador Manoel Alves Lemos.	50
Figura 53 - Área com vegetação na fachada posterior da Igreja Matriz.....	50
Figura 54 – Condicionantes para o conceito de integração.	68
Figura 56 – Perspectiva geral do terreno com o entorno.	69
Figura 57 – Perspectiva do terreno indicando o ed. inventariado ao lado.	69
Figura 58 – Indicação das escolhas de implantações.	70
Figura 59 – Esquemática da planta do terreno com indicação dos cortes.....	71
Figura 60 – Indicação do corte AA'.	72
Figura 61 – Indicação do corte BB'.	73
Figura 62 – Perspectiva da entrada principal do terreno.	73
Figura 63 – Representação dos esquemas de iluminação, ventilação e fechamentos.	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	13
Quadro 2	14
Quadro 3	14
Quadro 4	15
Quadro 5	15

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	60
Tabela 2	64
Tabela 3	66

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Delimitação da área de estudo.....	49
Mapa 2 - Aspectos geográficos naturais.....	51
Mapa 3 - Acessos e circulação.	52
Mapa 4 – Fluxo de veículos.....	53
Mapa 5 - Fluxo de pedestres.....	54
Mapa 6 - Equipamentos e Instituições 01.....	56
Mapa 7 - Equipamentos e Instituições 02.....	56
Mapa 8 - Volumetria.....	57
Mapa 9 - Tipologia de cobertura.	58
Mapa 10 - Usos.....	59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema.....	1
1.2 Contexto da Pesquisa.....	2
1.3 Objeto de Estudo.....	3
1.4 Problema de Pesquisa	10
1.5 Justificativa.....	11
1.6 Objetivos	12
1.6.1 Geral.....	12
1.6.2 Específicos	12
1.7 Metodologia	12
1.8 Procedimentos Metodológicos	13
1.9 Cronograma	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Estado e Arquitetura	20
2.1.1 Forma Pertinente.....	27
2.2 Espaço público e sua relação com os edifícios públicos.....	30
2.2.1 Evolução das Praças: do público ao privado	30
2.3 Normas e diretrizes	31
2.4 Leis de proteção	32
3. ESTUDOS PROJETUAIS.....	33
3.1 Referências projetuais	33
3.1.1 Prefeitura Municipal de Suzano.....	33
3.1.2 Prefeitura Municipal de Cambuí.....	38
3.1.3 Centro Cívico de Santo André	44
3.2 Análise e diagnóstico da área	48
3.2.1 Delimitação do entorno.....	48
3.2.2 Aspectos geográficos naturais.....	49
3.2.3 Acessos e circulação	51
3.2.4 Equipamentos e instituições.....	55
3.2.5 Aspectos Urbanos	57
3.2.6 Aspectos Socioculturais	58
3.3 Programa de necessidades.....	59
3.3.1 Prefeitura Municipal:	60
3.3.2 Secretarias adicionais:.....	64

3.3.3	Ambientes externos:	66
3.4	Conceito	67
3.5	Partido arquitetônico	68
4.	CONCLUSÃO	75

1. INTRODUÇÃO

1.1. Tema

O tema adotado para este Trabalho de Conclusão de Curso é arquitetura pública, assunto este que pode ser definido como parte de um sistema organizacional urbano que visa estabelecer relações com a cidade, resolvendo questões políticas com seus usuários através dos serviços públicos oferecidos.

Dentro do contexto arquitetônico, a arquitetura pública relacionada à área administrativa do município visa estreitar relações de participação da comunidade local com as diversas gestões do município, uma vez que o espaço construído, a partir das demandas locais, possibilita em alguma medida a qualidade dos serviços públicos ofertados ao cidadão.

Dentre os equipamentos públicos que norteiam a administração municipal está a figura central, a prefeitura municipal, que configura o poder executivo e faz parte de uma relação com os outros dois poderes, sendo eles o legislativo e o judiciário, representados respectivamente pela câmara municipal e o fórum da comarca do município, responsáveis por executar, regular, legislar, fiscalizar, julgar, e resolver questões pertinentes ao progresso da cidade e o bem estar de seus cidadãos, sendo também figuras de grande importância e influência no contexto urbano, e símbolos máximos do poder político municipal.

Desta forma, a arquitetura de um espaço para tais fins deve resolver uma série de discursos estéticos e funcionais para atender à concepção pública e de poder que tal espaço compreende. Portanto, entende-se que para a arquitetura pública é central a discussão do espaço como a prefeitura municipal, considerando que a idealização de um bom projeto arquitetônico pode tornar a figura de uma prefeitura, um espaço de múltiplas relações entre poder público, funcionários públicos e cidadãos.

Houve o interesse por este tema devido ao reconhecimento da importância que a arquitetura pública representa em relação à sua função para a cidade, especificamente em se tratando do espaço destinado à administração pública, e sua correta inserção irá contribuir de forma positiva para o município de São Gonçalo do Sapucaí, uma vez que a atual sede já não comporta às suas demandas.

Com base neste tema, serão abordados neste trabalho conceitos teóricos quanto à forma e função arquitetônica do edifício e que irão subsidiar a execução do projeto.

1.2. Contexto da Pesquisa

É nítido que no Brasil há um grande descaso pelo poder público para com as obras públicas, uma vez que o método de contratação de um profissional ou empresa para a realização de projetos ou obras se baseia na política de menor preço, o que promove produtos e ou serviços muitas vezes deficientes, pois nem sempre o contratado está totalmente preparado ou possui uma real qualificação para a realização do serviço (ALVICO, 2013). No âmbito das cidades pequenas, tal realidade passa a ser muitas vezes de forma mais negligente ainda, pois demonstram ter pouca ou nenhuma preocupação com a qualidade dos seus equipamentos públicos, seja quanto sua infraestrutura, organização espacial ou adequação às normas, deixando de estabelecer as relações públicas que tal edifício deve cumprir, e que muitas vezes são resolvidas por intermédio da arquitetura. De forma geral, tal discussão nos leva a refletir que em alguma medida os arquitetos não estão sendo contratados para discutirem e pensarem esses equipamentos, ou agem muitas vezes de forma negligente.

Problemas também como a falta de relação entre equipamento público e cidadão, tendo como foco a área administrativa municipal, acaba por acarretar vários problemas, como a má concepção na construção dos espaços, que não atendem às necessidades básicas para o bom funcionamento do órgão, bem como a falta de acessibilidade, ambientes mal organizados, impossibilitando o bom desempenho no trabalho e o correto exercício de atendimento à população, impulsionando, portanto, a má gestão causada principalmente pela falta de transparência e participação social na organização devido às suas limitações físicas.

Considerando tais observações, a escolha do tema para desenvolvimento está associada à realidade encontrada na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, onde é possível observar que a figura arquitetônica da Prefeitura Municipal atual não transparece a importância funcional, estética, política e de poder que deve ter para com a comunidade local.

Muito se é discutido em como melhorar a gestão municipal atendendo e servindo o cidadão de forma eficaz. Nesse sentido fica evidente que, se tratando de um edifício arquitetônico público, a concepção da arquitetura na organização do espaço construído e a compreensão de que o mesmo, sendo elaborado e pensado para atender de forma direta à sociedade, pode solucionar as necessidades do município de forma a garantir os direitos básicos dos cidadãos e garantir o progresso social, pois é na área pública administrativa que se desenvolvem as resoluções e demais demandas municipais, sendo um ponto de apoio e se caracterizando por sua centralidade dentro do contexto urbano.

1.3. Objeto de Estudo

Em 1878 foi promulgada a lei que elevou a Vila de São Gonçalo do Sapucaí à categoria de cidade, que segundo dados do IBGE de 2017, possui atualmente uma estimativa populacional de 25.517 habitantes, e a desmembrou de Campanha, determinando que se instalasse a cidade, sendo eleita a câmara municipal. A mesma lei determinava que fosse construída a edificação que abrigaria a Câmara Municipal e uma cadeia/delegacia. Em dois anos foi concluída a instalação do Município e construída a edificação na Praça Getúlio Vargas, que fora demolida para dar lugar a um posto de saúde, e no espaço hoje se encontra um novo edifício que abriga o Posto de Saúde Dr. Joaquim Maciel Didier. Em meados de 1950, a construção já não suportava o número de funcionários da prefeitura, passando a abrigar apenas delegacia, portanto a prefeitura passou a funcionar no sobrado dos Brandão (Figura 1), localizado em frente a Igreja Matriz, no centro da cidade. O andar térreo abrigava um supermercado, e o superior atendia às instalações da prefeitura, que funcionaram ali até 1970, quando o prefeito Dr. Ibrahim de Carvalho adquiriu a edificação onde atualmente funciona a Casa da Cultura e o setor de Engenharia e Arquitetura da prefeitura (Figura 2), permanecendo ali até meados da década de 1990, quando o prefeito Elói Radin adquiriu o andar superior ao prédio do Banco do Brasil, no centro da cidade, para onde transferiu a Prefeitura e Câmara Municipal. (Figura 3 e 4).

Figura 1 - Edifício dos Brandão



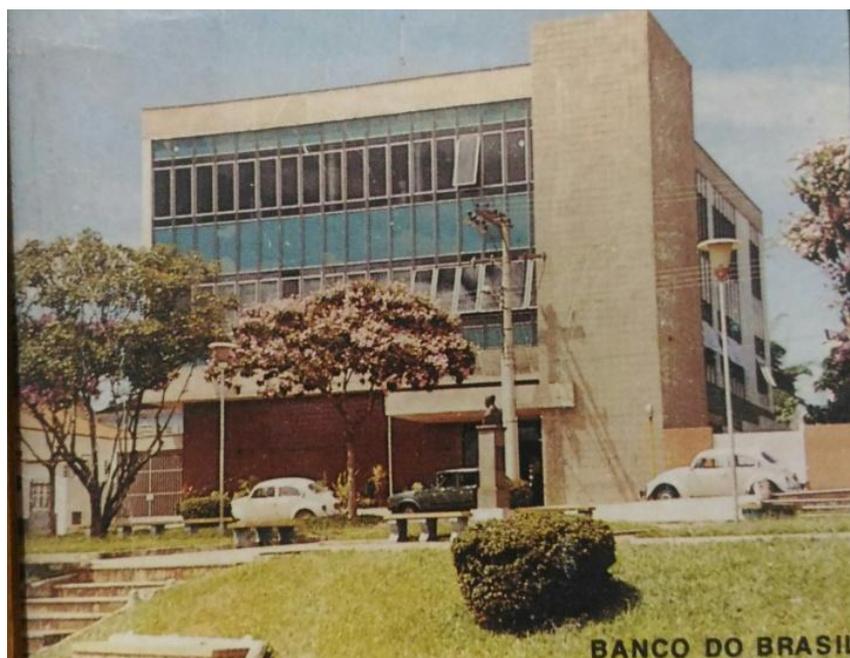
Fonte: Fotógrafo Julio Noronha, 1984.

Figura 2 - Foto de um encarte de 1990 da antiga prefeitura.



Fonte: O autor, 2018.

Figura 3 - Foto de um encarte de 1990 mostrando o edifício do Banco do Brasil antes da reforma para incluir a atual sede da Prefeitura e Câmara Municipal.



Fonte: O autor, 2018.

Figura 4 – Atual edifício da Prefeitura Municipal com acesso à direita.



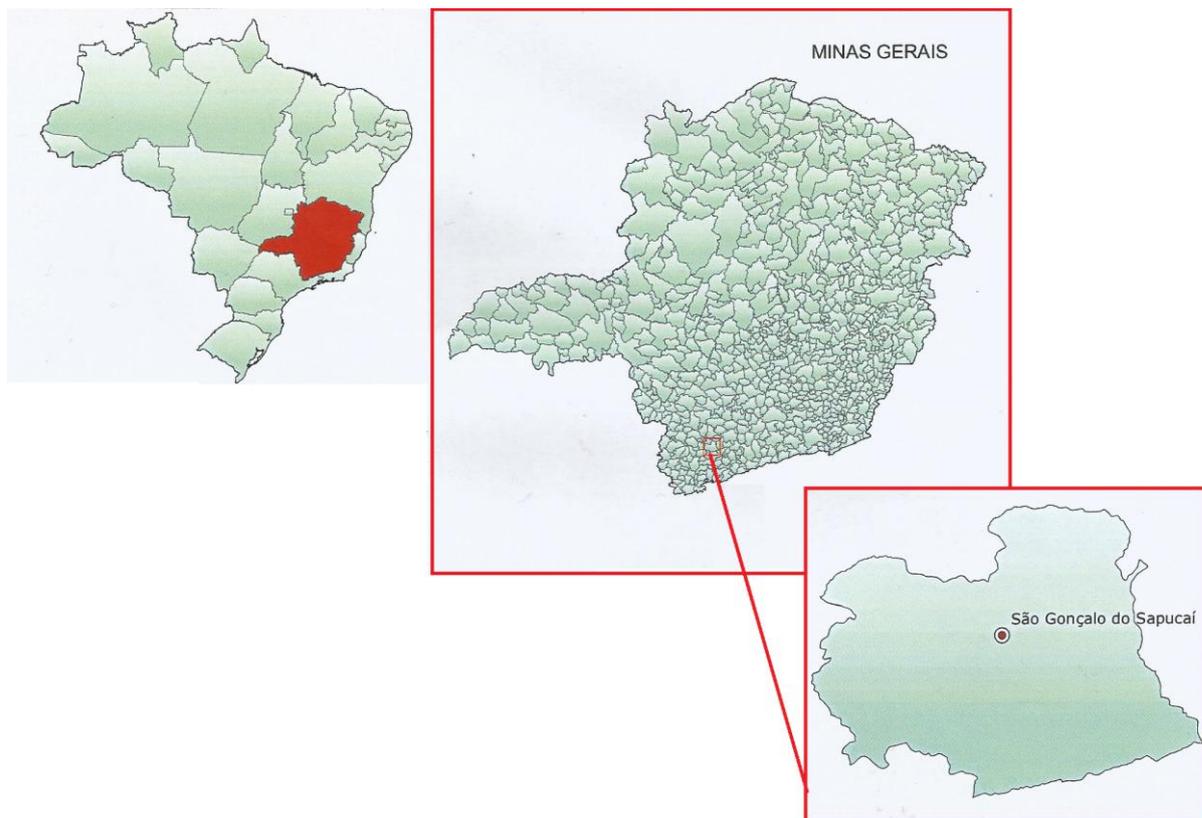
Fonte: O autor. 2018.

Apenas a primeira construção foi elaborada para que funcionasse a prefeitura da cidade, mesmo que compartilhado com as instalações da cadeia, costume este que era comum em sua época de construção. Portanto os locais que vieram posteriormente a abrigar a área administrativa foram reaproveitados e adaptados, sendo que o último e atual local de funcionamento da Prefeitura e Câmara Municipal, inaugurado em 1976, servia como área de arquivo e depósito, e para reuniões e convenções do Banco do Brasil.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), portanto volta-se para a elaboração de um projeto de uma prefeitura para a cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais (Figura 5), município que se localiza às margens da Rodovia Fernão Dias 6187, BR 381 (Figura 6), uma vez que o atual já não comporta as demandas do município, ultrapassado em questões de infraestrutura e organização espacial.

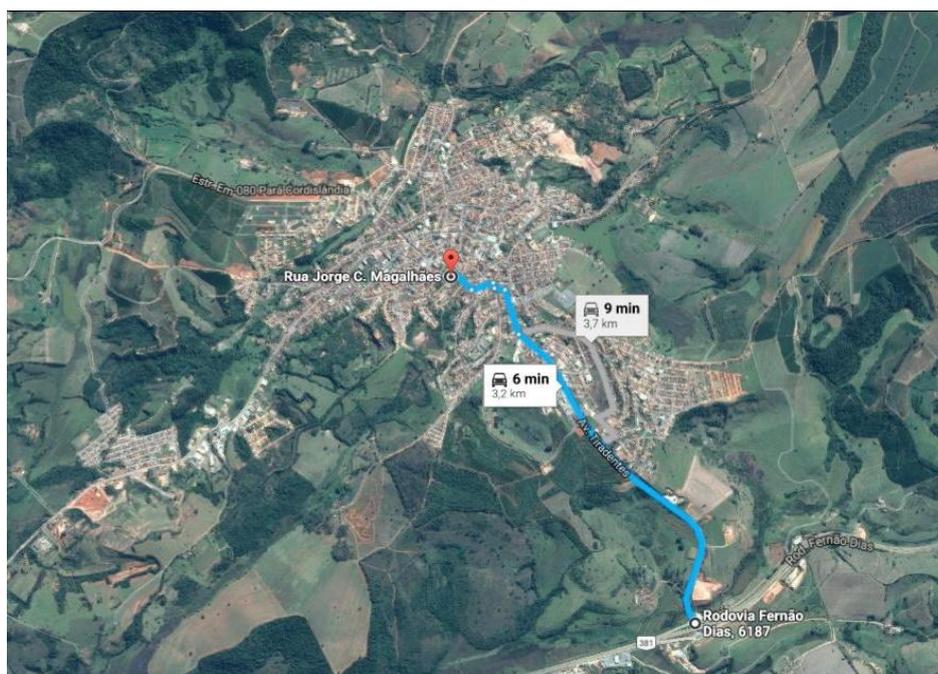
O foco do projeto é reforçar seu caráter de importância no contexto urbano, atribuindo à sua composição o caráter público que tal espaço deve ter, além de aproximar os cidadãos de seus representantes no poder executivo municipal e dos serviços oferecidos, reforçando seus direitos de exercerem o regime democrático pela participação e interação no ambiente institucional através das relações humanas baseada na troca de experiências.

Figura 5 - Localização “macro” da cidade.



Fonte: Cartilha física do IBGE.

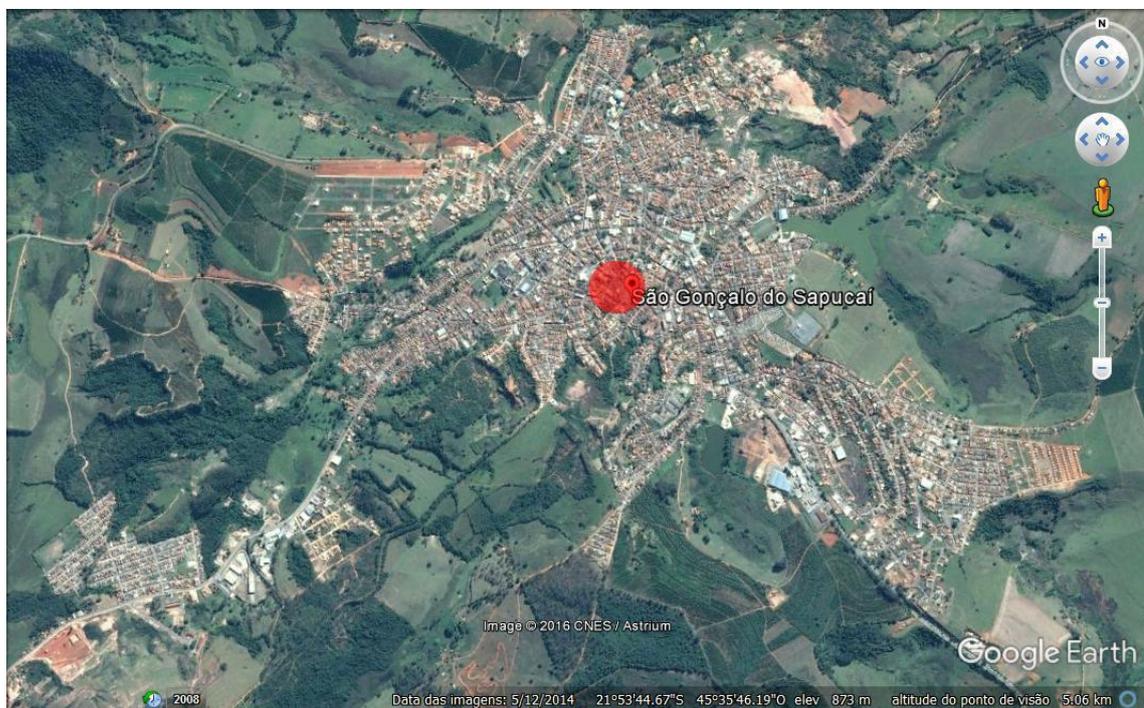
Figura 6 - Distância da Fernão Dias ao terreno proposto para o projeto.



Fonte: Base cartográfica do googlemaps.

A atual sede da Prefeitura Municipal está situada na Praça Alberto Rocha, no Centro da cidade de São Gonçalo do Sapucaí (Figura 7), juntamente com a Câmara Municipal, e a área escolhida para abrigar a proposta projetual (Figura 8) confronta com a Rua José Meireles Siqueira em sua lateral direita e frente, e com a Rua Senador Manoel Alves Lemes na face posterior (Figura 9), se localizando próxima à Sede atual, possuindo cerca de 3.552 m², topografia plana e pedologia firme, sendo que a menor área do terreno está a uma altura de aproximadamente 3,50 metros em relação a maior, porém ambas as áreas possuem entrada no nível da rua (Figura 10, 11 e 12).

Figura 7 - Mapa com indicação da localização da área de estudo.



Fonte: O autor, com base cartográfica do Google Earth.

Figura 10 - Vista para a entrada do terreno pela área de cota mais alta.



Fonte: O autor, 2018.

Figura 11 - Vista para a entrada do terreno pela área de cota mais baixa.



Fonte: O autor, 2018.

Figura 12 - Vista panorâmica do terreno.



Fonte: O autor, 2018.

Foi utilizado como parâmetro para a escolha do terreno de implantação do projeto sua centralidade no município, o que favorece e facilita o acesso à população. E apesar de se tratar de um terreno particular, possui dimensões favoráveis para a construção de um projeto de caráter central e de poder, além de estar próximo da maioria dos serviços mais utilizados pela população, como o Fórum, bancos, cartórios, edifícios religiosos, escolar, e demais tipos de comércios e prestação de serviço, assim como da atual sede da Prefeitura Municipal.

1.4. Problema de Pesquisa

Observando a realidade da atual sede da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, é nítida a deficiência de sua infraestrutura em relação a atual prática, pois já não comporta a demanda das atividades realizadas no edifício, uma vez que a mesma se encontra inserida no pavimento superior do Banco do Brasil, numa área que foi construída para fins exclusivos de utilização da instituição financeira, como área de depósito, sala de reunião, entre outros.

Devido às limitações em termos de espaço no ambiente da prefeitura, ao longo dos anos, com a necessidade da criação das secretarias municipais e de alguns departamentos, os mesmas foram fragmentadas pelo município, criando sedes independentes em pontos aleatórios onde havia terreno público disponível, o que ocasionou uma descentralização na tomada de decisões destas secretarias e departamentos criados, uma vez que todos são dependentes da prefeitura e necessitam de tal comunicação, visto que toda decisão deve passar pelo poder executivo, que é de onde vem o parecer final.

A fragmentação das secretarias e departamentos da prefeitura associada à falta de preocupação com a integração entre o espaço público e o espaço privado, bem como a falta de conexão entre a população e o edifício público, e a desatualização da prefeitura em termos de infraestrutura e organização espacial, ocasionam uma série de deficiências que descaracterizam a prefeitura municipal como o órgão público de caráter central e referência de poder dentro de uma cidade.

Como consequência de tais deficiências, as pessoas passam a não depender exclusivamente da prefeitura para resolver suas questões, e muitas vezes se perdem no meio do caminho, pois tem de procurar na cidade em qual departamento ou secretaria que devem se dirigir, visto que todos os assuntos poderiam ser esclarecidos e solucionados em um só lugar, ou impedem o acesso público ao espaço construído, pois os edifícios não se atualizam, e passam a não comportar a demanda advinda do crescimento urbano, e quando se atualizam,

não contratam um arquiteto para resolver a disfunção destes espaços, além de também tirar o principal objetivo da prefeitura, que é fazer deste edifício público, um espaço democrático, onde as pessoas podem e devem se chegar a este local para participar da vida política, assim como exercerem seu direito na discussão social.

Além das adversidades de comunicação entre o cargo de direção das secretarias com o poder público, esse impasse impacta de mesmo modo em termos de comunicação entre os usuários, o que promove grande dificuldade de mobilidade e locomoção, uma vez que todas as questões públicas poderiam ser resolvidas em uma só localidade.

1.5. Justificativa

A prefeitura da cidade necessita de um local com as devidas proporções a seu uso, atendendo aos parâmetros de acessibilidade e desenho universal, e com seu programa de necessidades corretamente inserido e realizado para que haja uma correta utilização e possa atender a seu fim. Portanto, através da solução arquitetônica, faz-se possível que o objeto a ser proposto configure uma melhoria no espaço urbano e ofereça ao município um ambiente de trabalho e prestação de serviços adequados.

Por isso, entender todas estas questões e conhecer os princípios de organização de um projeto para uma arquitetura pública municipal, e que solucione os problemas encontrados na organização desses espaços, torna possível apresentar definições e soluções adequadas para a elaboração da proposta de um projeto para uma Prefeitura Municipal que configure o novo espaço de centralização do poder um município, atendendo aos cidadãos e os funcionários de tal órgão com base nos princípios de funcionalidade e estética, conferindo à cidade uma nova identidade.

Portanto, em consequência dos problemas encontrados, torna-se possível através de um novo edifício resolver em questões arquitetônicas a implantação de uma nova figura pública numa escala de cidade pequena, criando uma área administrativa que tenha todo seu poder concentrado em um só local, e que desempenhe seu papel de centralidade e de poder no município, sem gerar barreiras em sua implantação e utilização, propondo uma nova ideia de configuração para o equipamento público no espaço urbano.

1.6. Objetivos

1.6.1. Geral

- a) Desenvolver um projeto arquitetônico de um edifício público a partir dos conceitos de arquitetura pública.

1.6.2. Específicos

- a) Estudar o tema arquitetura pública;
- b) Apresentar os conceitos da Forma Pertinente desenvolvida por Edson Mahfuz;
- c) Desenvolver o projeto arquitetônico de uma Prefeitura Municipal integrando seu interior com o contexto urbano, mantendo relações sociais no espaço.

1.7. Metodologia

A metodologia abordada neste Trabalho de Conclusão de Curso assume caráter exploratório por se tratar de uma pesquisa bibliográfica com estudos de caso.

A pesquisa desenvolveu na primeira etapa os conceitos de paço municipal e sua evolução ao que se tem por entendimento de Prefeitura Municipal como um órgão público independente, além de apresentar conceitos e definições sobre a arquitetura pública, a relação entre o estado e a arquitetura, a Forma Pertinente, estudo desenvolvido por Edson Mahfuz, e a relação entre o espaço público e o privado, temas estes necessários para a compreensão e desenvolvimento da pesquisa e projeto final. Esta etapa consistiu na utilização de pesquisas bibliográficas, revisão de artigos, estudos publicados, discussões sobre o assunto, etc.

Foi realizado também um levantamento no Plano Diretor Municipal e em Dossiês de Tombamento as normas e diretrizes pertinentes ao projeto, bem como as leis de proteção ao patrimônio cultural, uma vez que o terreno proposto se encontra dentro do perímetro de um bem tombado e outro inventariado, e tal construção demanda o cumprimento de uma série de itens preestabelecidos para a orientação, controle da obra e segurança para os usuários e para a população.

Na segunda etapa, foram desenvolvidas pesquisas na internet e em revistas e artigos sobre o tema de projeto institucional, e serão apresentados estudos projetuais que irão classificar algumas obras referenciais no campo da arquitetura pública, dotadas de artifícios arquitetônicos e funcionais que irão nortear a realização do projeto da prefeitura deste trabalho.

Já na terceira e última etapa foi realizada uma análise e diagnóstico da área proposta ao objeto de estudo, juntamente como o programa de necessidades. Através da pesquisa *in loco* foi definida a delimitação do entorno para estudos de seus aspectos geográficos, acessos e circulações, equipamentos e instituições, e aspectos urbanos e socioculturais. E, por meio destes dados que possuem influencia direta com a proposta projetual e são vitais para a elaboração do projeto, foi desenvolvido o conceito e o partido arquitetônico, sintetizando todos os elementos da pesquisa para uma concepção inicial de uma proposta ao projeto de uma Prefeitura Municipal para a cidade de São Gonçalo do Sapucaí.

1.8. Procedimentos Metodológicos

ETAPA 1: Referencial teórico relacionado ao tema arquitetura pública.

Os trabalhos selecionados para embasamento teórico foram:

Quadro 1

Título	Autores	Síntese das discussões
A importância do paço municipal	Haerter (2009)	Histórico do conceito de paço municipal.
Prefeitura Municipal?	SILVA, 1989, p.423 apud COSTA, 2011	Significado da origem do termo prefeitura.
Vejo a arquitetura como uma manifestação artística	Bertoldi (2010)	Depoimento quanto ao valor da arquitetura.
A Administração Pública: uma análise de sua história, conceitos e importância.	Carvalho (2010)	Conceito da expressão “Administração Pública”.
Significados nas representações escultóricas da fachada da Cervejaria Bopp & Irmãos, Porto Alegre.	Beatriz Thiesen (2006, p.170)	Discussão da forma de utilização da arquitetura.

A Ágora de Atenas: aspectos políticos, sociais e econômicos.	Castellan (2000?)	Histórico e definições da Ágora de Atenas.
Lições de Arquitetura.	Hertzberger (1999)	Discussão da utilização do espaço público.

Fonte: O autor, 2018.

Fonte de dados: trabalhos selecionados na base de dados Google.

ETAPA 2: Referencial teórico relacionado a teoria da arquitetura.

Quadro 2.

Título	Autores	Síntese das discussões
Forma Pertinente	Edson Mahfuz	Discussão quanto aos métodos para se alcançar a forma pertinente da arquitetura.

Fonte: O autor, 2018.

Fonte de dados: discussão sobre a Forma Pertinente por Edson Mahfuz.

ETAPA 3: Referência projetual.

Os projetos utilizados como referências projetuais foram:

Quadro 3.

Título	Autores
Paço Municipal de Suzano	JT Arquitetura
Prefeitura Municipal de Cambuí	Marcelo Ferraz, Marcelo Suzuki, Jose Sales e Tâmara Roman
Centro Cívico de Santo André	Rino Levi

Fonte: O autor, 2018.

Fonte de dados: Utilizou-se como fonte de dados as seguintes bases de projetos: a) www.arquiteturabrutalista.com.br/; b) <http://www.infopatrimonio.org/>; e c) <https://ibitupi.wordpress.com/>.

Pesquisa e desenvolvimento dos estudos projetuais: Referências projetuais; Análise e diagnóstico da área.										
Conceito e partido arquitetônico										
Discussões com a orientadora										
Defesa pública - TCC I										
Revisão do TCC I teórico										
Estudo Preliminar										
Elaboração de peças gráficas: plantas, cortes, fachadas, especificações, maquetes.										
Anteprojeto e elaboração das pranchas										
Defesa pública – TCC II										

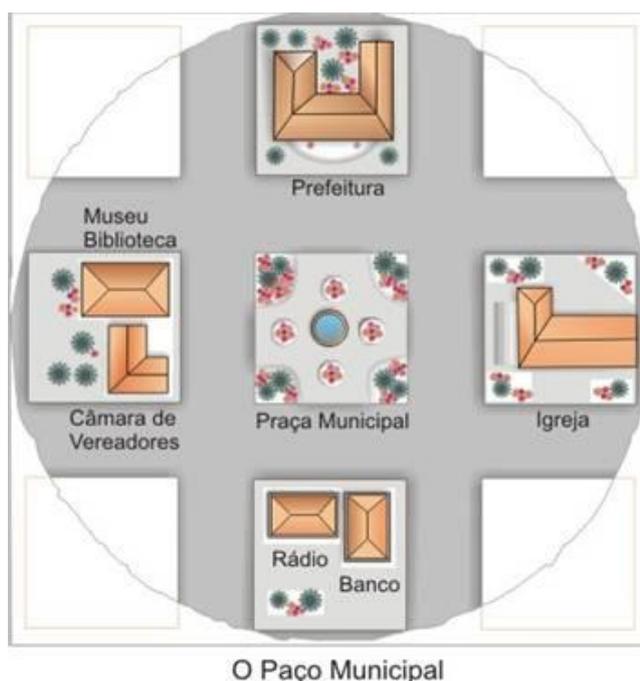
Fonte: O autor, 2018.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na época da colonização, segundo Haerter (2009), como medidas para reforçar a autoridade da coroa sobre os colonos que se ameaçavam ruralizar-se e extremar-se no localismo em regiões mais isoladas e distantes, Portugal começou a empregar a justiça régia para substituir a força patriarcal, sendo este modelo por sua vez implantado pelo conceito de família patriarcal. Segundo Holanda (1982 apud ALVES, 2009, p. 2) este conceito era definido por “o modelo das famílias de norte a sul do país, durante três séculos de sua história, segundo características de grande parantela, sistema hierárquico, autoridade paterna prevalente, monogamia e indissolubilidade do casamento”, e por meio das Cartas Régias, que designavam o traçado da cidade e onde iriam se estabelecer os principais prédios do local, como a Casa de Câmara e Cadeia, a igreja, o comércio e as casas de habitação, foi então estabelecida a formação do que seria considerado um paço municipal. (HAERTER, 2009)

Segundo informações históricas levantadas por Haerter (2009) acerca do conceito introduzido no Brasil, o Paço Municipal era onde se localizava a Praça, o edifício da Prefeitura e Câmara de Vereadores, Igreja, o Museu, a Biblioteca, entre outros edifícios e espaços públicos (Figura 13), e é através deste conceito que se origina tardiamente o modelo de prefeitura funcionando como órgão independente do paço municipal.

Figura 13 – Esquemática do conceito inicial de Paço Municipal.



Fonte: Haerter (2009).

A origem da palavra prefeitura, conforme em uma das definições da palavra pelo Dicionário Aurélio Escolar, segundo Ferreira (1988, p. 524) é apresentada como proveniente do Império Romano como uma das divisões administrativas da época, onde o termo, “do latim (*praefectura* ou, mais especificamente, do verbo *praeficere*, [...]) significa prepor, estar à testa, ser o chefe). Quer exprimir, assim, o comando, a direção, o governo, a intendência exercida por alguém.” (SILVA, 1989, p.423 apud COSTA, 2011), e foi trazida por Portugal até o Brasil como uma forma de herança cultural. O termo prefeitura também é definido como “prédio onde funcionam os órgãos da administração municipal” (FERREIRA, 1988, p.524), assim como o termo municipal, pode-se dizer que é algo “pertencente ou relativo ao município” (FERREIRA, 1988, p.447), portanto, se tratando de Prefeitura Municipal, conclui-se que em seu sentido literal, trata-se de um edifício pertencente ao município que rege a administração pública, sendo que este conceito, por sua vez, segundo Carvalho (2010), trata-se da atividade desenvolvida voltada à consecução do bem coletivo, formada por um conjunto de órgãos e pessoas a quem a lei atribui o exercício de tais atividades.

Com a evolução da sociedade brasileira e como consequência do planejamento e da evolução das cidades, o Paço Municipal, ainda que remetendo a tal herança cultural e forma de organização no espaço urbano, principalmente em se tratando de cidades com fundação na época do Brasil Colônia, onde os modelos dos edifícios eram impostos pela Coroa, começa a se configurar de maneira diferente, se fragmentando e podendo ser representado pelo edifício da prefeitura em conjunto com a câmara municipal e o fórum, unindo os três poderes da cidade: executivo, legislativo e judiciário (Figura 14). Ou também deixando de se tornar o paço em si, e dando lugar ao edifício da prefeitura como uma construção isolada das demais construções públicas (Figura 15), uma vez que passa a não ter uma relação direta e obrigatória com os outros edifícios, tais como o fórum ou a câmara municipal, a igreja, o museu, a biblioteca, entre outros edifícios e ambientes, ainda que possa coexistir no mesmo espaço com alguns destes itens, dependendo da intenção do arquiteto ou responsáveis pela obra, e necessidade do local.

Figura 14 – Modelo de Paço Municipal utilizado, unindo os três poderes.



Fonte: Foto por Rafael Rodeghe, edição pelo autor, 2018.

Figura 15 – Modelo da segregação do Paço Municipal como exemplo na cidade de Varginha.



Fonte: Base cartográfica do Google Earth.

2.1. Estado e Arquitetura

Assim como várias expressões artísticas têm de mostrar sua grandeza e importância para a civilização, sejam elas nas suntuosas pinturas, como retratadas nas obras de Hyacinthe Rigaud, pintor francês especializado em pintura de retratos, com o famoso retrato de Luís IV (Figura 16), rei da França, atualmente exposto no Museu do Louvre, assim também como nas expressivas obras do artista brasileiro Eduardo Kobra (Figura 17), grafitadas em diversas partes do mundo, ou através das esculturas, como o Monumento às Bandeiras (Figura 18), patrimônio tombado de Victor Brecheret, localizado em São Paulo em homenagem aos bandeirantes, ou na música, no teatro, na dança, entre várias outras expressões que são características de épocas e lugares, a arquitetura como parte deste grupo é um grande exemplo de demonstração de tal importância para com a civilização.

Figura 16 – Retrato de Luiz IV por Hyacinthe Rigaud.



Fonte: Disponível em < <http://pt.wahooart.com/@/8YDP3N-Hyacinthe-Rigaud-Retrato-de-Louis-XIV> > acesso em 12/03/2018.

Figura 17 – Artista Eduardo Kobra e seu mural de três mil m² para as Olimpíadas do Rio de Janeiro.



Fonte: Disponível em < <https://www.facebook.com/kobrastreetart/>> acesso em 12/03/2018.

Figura 18 – Monumento às Bandeiras.



Fonte: Disponível em < <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/13076>> acesso em 12/06/2018.

Pode-se observar nitidamente que a arquitetura assume um papel de poder principalmente quando se trata de construções da elite populacional, como é citado por Beatriz Thiesen (2006, p.170), acerca da arquitetura porto-alegrense no Século XX, mas que foi de certa forma difundida por todo o Brasil, onde a arquitetura dos prédios era utilizada como afirmação e legitimação de poder, pois havia a busca da superação de um passado colonial. E, por meio das formas arquitetônicas, em destaque a européia, considerada mais adiantada e civilizada, se buscavam os ideais de progresso e civilização com suas suntuosas mansões, palácios e edifícios comerciais adquiridos por ela ou projetados por grandes nomes

da construção civil, alcançando nestes casos a atração e admiração até do público internacional, e como é dito por Bertoldi (2010), “A arquitetura é sempre uma coisa maior, para uma comunidade, e até de valor mundial. Quando o arquiteto projeta algo que ganha valor mundial, ele está projetando para o mundo e não só para um cliente.”. Tal ideal perdura até os dias atuais, porém não mais como forma única e exclusiva de superação do passado, e é bem empregada e pode ser observada nos projetos e realizações do Estado, buscando sempre por meio da arquitetura demonstrar a força, o poder e a capacidade de alcançar um desenvolvimento de primeiro mundo.

Como grande exemplo de demonstração da relação do Estado com a arquitetura no Brasil, pode-se citar a construção de Brasília (Figura 19), elaborada a partir da necessidade da criação de um novo centro que representasse e abrigasse todo poder do país a partir da transferência da Capital, até então instalada no Rio de Janeiro, obra esta, que em valores convertidos para a moeda atual, cálculo feito pelo economista Eugênio Gudín, estaria em torno de US\$ 1,5 bilhão.

Figura 19 - Foto da construção de Brasília.



Fonte: Disponível em < <http://lucinhahb.blogspot.com/2016/03/a-construcao-de-brasilvia.html>>
Acesso em 12/06/2018.

O projeto fazia parte do plano de metas do presidente Juscelino Kubitschek de fazer 50 anos de progresso em 5 de governo. A cidade viria a abrigar a sede de todo o poder legislativo, executivo e judiciário do país, com projeto de Lucio Costa e edifícios de Oscar Niemeyer, criando uma expressão autêntica da nova cultura brasileira, se tornando conhecida

mundialmente por uma arquitetura até então inédita e imponente, portanto, por meio do objetivo de desenvolvimento do país e em consequência do modernismo, a arquitetura foi utilizada como propaganda para estabelecer as relações de poder do Estado com a sociedade.

Todo o projeto de Brasília foi configurado por um eixo monumental e realizado em escala de mesma proporção, onde se desenvolveram todas as questões político-administrativas do país, tal característica é determinante para definir a relação entre ‘poder’ e ‘estado’. O eixo congrega os vários edifícios que também possuem o mesmo conceito de demonstração de poder através da expressão arquitetônica moderna brasileira, conferindo também um ideal de pureza plástica.

Figura 20 – Eixo monumental de Brasília.



Fonte: Disponível em < <http://mudancainternacional.com/mudanca-em-brasilia/> > Acesso em 12/03/2018.

Assim como o Palácio do Congresso Nacional, edifício central de Brasília, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, concebidos por Oscar Niemeyer, possuem por meio da forma arquitetônica, certo grau de monumentalidade, sendo que nestes, é visível por meio das grandes lajes planas sobrepostas ao corpo da edificação, e pela inusitada conformação dos pilares, que obedecem a este princípio e ao mesmo tempo expressam leveza aos edifícios.

Figura 21 – Representação do Palácio do Planalto, Palácio do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.



Fonte: Disponível em < <https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/09/07/os-tres-poderes/>> Acesso em 12/03/2018.

Figura 22 – Palácio do Planalto de Brasília.



Fonte: Disponível em < <https://www.eduardoaigner.com.br/2011/01/18-jan-palacio-do-planalto/>> Acesso em 12/03/2018.

Não só os edifícios representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são dotados pelo estado de artifícios arquitetônicos para estabelecer a relação de força e poder para com a sociedade. Ao se fazer uma analogia com a arquitetura produzida pelo estado com base na frase *a arquitetura é música petrificada*, do escritor, romancista, dramaturgo e filósofo alemão Johann Wolfgang von Goethe, seria possível dizer que a arquitetura produzida pelo estado seria uma forma de *petrificar* as ações e intenções de um governo para expressar sua grandiosidade, e criar uma imagem permanente, uma identidade local, como marca registrada de sua ação em determinada época ou ocasião.

Como exemplos de campos de discussão de abrangência do estado, e que desempenham tais funções, são identificados os museus, teatros, óperas, galerias, entre outros, que expressam e incentivam a produção cultural de uma determinada sociedade e são reflexo do meio social em que se encontram inseridos, assim como a arquitetura institucional abrangendo escolas, centros de ensino e pesquisa, cidades universitárias, e etc, que utilizam da arquitetura como fonte e inspiração para a promoção e desenvolvimento do conhecimento,

também no âmbito paisagístico, como parques e jardins botânicos, que buscam promover a consciência coletiva ressaltando a importância da conservação dos recursos naturais com base para a sustentação da qualidade de vida, e dentro do desenho urbano, através das grandes avenidas e do transporte público, que são instrumentos de organização dos espaços que visam o bem estar e a melhoria da qualidade de vida na sociedade. São referências nesses campos:

Casa da Ópera de Sydney.

Projeto de Jørn Utzon, em Sydney, na Austrália, resultado de um concurso internacional, considerado monumento da tecnologia, da sociedade e do mundo durante o século 20, e reconhecido como Patrimônio Mundial da UNESCO.

Figura 23 – Casa da Ópera de Sydney.



Fonte: Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/784303/classicos-da-arquitetura-pera-de-sydney-jorn-utzon> > acesso em 12/03/2016.

Instituição Educacional La Samaria / Campuzano Arquitectos

Projeto do grupo Campuzano Arquitectos, em Pereira, na Colômbia, é uma instituição educacional pública construída de modo imponente para converter-se em uma referência visual, promovendo uma nova valorização urbana da região. Abriga no primeiro andar as atividades comunitárias, para que nos fins de semana possam ser usadas pela população, como a Biblioteca, salão, sala de internet, laboratórios e as salas de aula de artes.

Figura 24 – Instituição Educacional La Samaria.

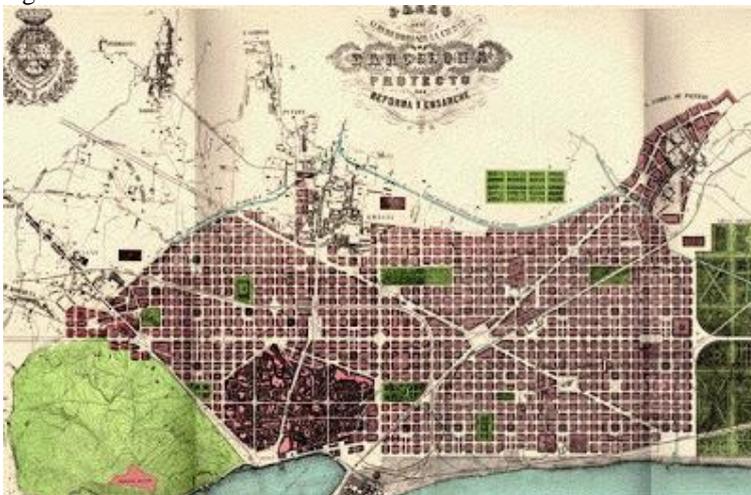


Fonte: Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/01-90543/instituicao-educacional-la-samaria-slash-campuzano-arquitectos> > Acesso em 12/03/2018.

O plano de Cerdá – A nova Barcelona

Projeto de Idelfonso Cerdá para a expansão de Barcelona, na Espanha. Tinha como o objetivo de aumentar a área da cidade, permitindo a expansão da mesma através de eixos ordenados de ruas e quarteirões para resolver uma série de problemas desenvolvidos ao longo dos anos com o adensamento da região. É considerado referência de urbanismo devido a sua escala e importância, pois foi quando começou a utilizar o termo de urbanização como uma discussão para resolver uma série de questões de melhorias da cidade.

Figura 25 – Plano da obra de Barcelona.



Fonte: Disponível em < http://planocerda.blogspot.com/2007/05/o-plano-cerd-nova-barcelona-proposta_29.html > Acesso em 12/03/2018.

Por meio desta análise, fica evidente que a arquitetura construída, independente da esfera em que se encontra inserida, acaba por se tornar uma relação de poder, e o Estado por meio de seus representantes, utiliza da execução de seus projetos, seja em nível federal, estadual ou municipal, para definir relações de poder com a população local, proporcionando uma identidade para o local, surtindo efeitos positivos para a sociedade. Está na forma arquitetônica, portanto, a característica principal que culmina toda a centralidade da arquitetura como fonte de relação entre o Estado e a sociedade, forma esta que abrange uma série de reflexões apresentada por Edson Mahfuz quanto à ‘Forma Pertinente’, que designa a boa concepção na elaboração de um projeto.

2.1.1. Forma Pertinente

Nos processos de elaboração e construção do projeto arquitetônico não existem regras, leis ou procedimentos definidos que conduzem a uma boa arquitetura. É necessária uma análise restrita do sentido e da essência de se conceber uma forma ou uma estrutura, para então criar uma arquitetura autêntica e que exerça bem seu papel social e cultural.

Em grande escala, o território, que deveria seguir uma ordem de ligação e conexão entre espaços, “passa a ser concebido em termos de enclaves fechados, desconexos, e relacionados exclusivamente pelas vias de trânsito e pelas redes de comunicações. O tamanho permite aos investidores o controle total de todos os seus aspectos, inclusive o urbanismo.” (MAHFUZ, 2004) Os edifícios perdem seu sentido arquitetônico e funcional e passam a funcionar como grandes objetos de consumo.

A originalidade dos projetos, a forma autêntica e a qualidade arquitetônica que deveriam ser atribuídas à arquitetura passam a ser executadas de forma errônea, que “em consequência do desejo de criar arquiteturas impactantes, nossas cidades estão se tornando uma espantosa mistura de Disneylandia com Las Vegas” (MAHFUZ, 2004). Esse efeito tem relação direta principalmente quando se trata de arquitetura pública, ou no caso, de uma Prefeitura Municipal. Esta deveria ser dotada de grande expressividade e de ambientes muito bem elaborados e conexos, por dever atender a toda a população sem barreiras em seu uso, além de estabelecer conexões com toda a cidade.

Conforme é explicado por Mahfuz (2004), os aspectos essenciais da arquitetura são esclarecidos por meio do quaterno contemporâneo, onde os problemas projetuais são definidos separadamente pelo programa, lugar e construção, fatores estes estimulantes da forma por suas constantes presenças no desenvolvimento de todo processo projetual, e são sintetizados pelo repertório de estruturas formais, uma vez que a procura pela beleza estética

estava como foco principal, sendo a mesma denominada como algo relativo e mutante, variando de acordo com o lugar e a época, portanto, seria mais adequado criar artefatos pertinentes ou adequados à sua forma (Figura 26).

Figura 26 - O quaterno contemporâneo.



Fonte: PALERMO, 2006, p.168.

Para o autor, “a resolução de um programa em termos formais é a essência da arquitetura. O programa é o maior vínculo que um projeto mantém com a realidade. Sendo a realidade o seu horizonte, o sentido de um projeto é articulá-la.” (MAHFUZ, 2004). O *programa*, portanto, pode ser classificado como o material que estrutura toda a ação projetual e estabelece a ordem mediante suas condições, uma vez que para a elaboração do projeto de uma prefeitura, é através das análises e levantamentos de dados relatados no mesmo que irão apontar as reais necessidades para seu uso, organizando cada setor e ambiente devido a sua função, para então definir quais áreas devem ter os atendimentos voltados exclusivamente ao

público, assim como as áreas que devem ser privadas e que não necessitam de conexão imediata com o público por se tratarem de setores mais administrativos e voltados ao uso exclusivo de funcionários, bem como os conceitos de circulação, ventilação e iluminação, sintetizados posteriormente pelo partido arquitetônico.

Quanto ao *lugar*, este estabelece a qualidade do projeto por fazer relação ao seu entorno, se tornando, portanto, peça fundamental para a arquitetura, uma vez que a inserção do artefato arquitetônico no ambiente gera consequências importantes para a região a partir das relações que irão se estabelecer, tanto do próprio edifício, em suas relações internas, quanto para o meio externo. “Se, por um lado, a arquitetura é sempre construída em um lugar, por outro lado, ela constrói esse lugar, isto é, modifica a situação existente em maior ou menor grau” (MAHFUZ, 2004).

Um grande perigo, quanto à fundamentação do projeto, como citado por Mahfuz (2004), é realizá-la por referências literais ao seu entorno, pois isso irá tornar o objeto apenas mais um integrante da paisagem urbana, desvalorizando todo o seu papel como objeto capaz de desempenhar uma função ativa no lugar em que se encontra inserida, e até mesmo para a cidade.

A *construção* por sua vez tem grande importância para a arquitetura por ser fundamental e não existir a concepção de um projeto sem sua consciência construtiva, e para o autor, tal consciência é aquilo que identifica o que é a autêntica arquitetura, da arquitetura produzida meramente por tendências e pura geometria.

Pode-se dizer que fazer arquitetura é chegar à *estrutura formal* que sintetiza todas estas idealizações no projeto, ordenando uma série de elementos, que bem organizados, obtém-se uma determinada estrutura de forma autêntica e original.

Conforme explanado pelo autor, embora a forma possua o conceito estrutural e relacional, é adequado que ela seja entendida como a síntese do programa, da técnica e do lugar, resultado obtido por meio da ordem visual. “Nesses termos adquire um sentido mais claro o conceito de identidade formal, que é a ordem específica de cada obra, aquela condição de estrutura constitutiva própria de cada obra e independente de fatores externos.” (MAHFUZ, 2004).

“Parece evidente que a identidade formal de uma obra depende da presença de uma estrutura formal que defina sua organização espacial e as relações com o seu entorno.” (MAHFUZ, 2004), e por meio desta estrutura é que se gera uma arquitetura de qualidade, diferente do funcionalismo dos anos 60 e 70, derivado da planta do organograma funcional.

Não se pode tratar de uma obra sem levantar seus pontos de sentido e consistência, que devem obrigatoriamente coexistir com todo o projeto. Para Mahfuz (2004), “O sentido de uma obra arquitetônica tem a ver com a orientação da sua incidência na realidade, seja ela geográfica, cultural, histórica, tecnológica, ideológica, etc.”, portanto, seu sentido está ligado à função que a mesma exerce sobre seu entorno, e sua consistência se baseia em um sistema de relações internas que garantem sua identidade formal, fundamentando a identidade da obra.

2.2. Espaço público e sua relação com os edifícios públicos

2.2.1. Evolução das Praças: do público ao privado

O conceito que conduz à discussão da praça no processo de evolução da sociedade, e que estabelece a relação entre o espaço público convertendo ao privado, se inicia com a ágora grega, local este que tem por definição, segundo Ferreira (1988, p. 23) “praça das antigas cidades gregas, na qual se fazia o mercado e onde se reuniam muitas vezes as assembleias do povo”, e conforme levantado por Castellan (2000?), “a palavra *ágora* se originou do verbo *agorien*, que no século VIII a.C significava *discutir, deliberar, tomar decisões*”. Por isso a utilização de tal expressão para designar esta área, pois é nessa grande praça pública que toda comunidade se relacionava, onde ocorriam todas as discussões políticas e se desenvolviam todas as questões ligadas à vida na cidade. “Assim sendo, a *ágora* tornou-se o centro da pólis, pois os edifícios públicos da cidade foram sendo construídos ao redor do lugar onde as pessoas freqüentemente se encontravam” (CASTELLAN, 2000?), e em meio ao caos da vida urbana nessa civilização, foi se configurando as conexões entre a população por meio da utilização das diversas atividades da ágora, para com os edifícios públicos ao seu redor.

Segundo Castellan (2000?), em meio aos edifícios públicos que circundavam a ágora, se encontrava o *Stoa Real*, onde reuniam-se os responsáveis pela administração real da cidade, assim como o *Bouleuterion*, que abrigava os legisladores atenienses, criados devido à necessidade de comunicação com o público pelas diversas atividades realizadas naquele local. Apesar de se tratar de uma organização de civilizações datadas desde meados do século V a.C., a conexão entre o público (população) e o privado (edifício público) sempre se fez necessária, uma vez que viabilizava as tomadas de decisão pertinentes à cidade. Em se tratando do edifício público como espaço público, de utilização e interação social, segundo Hertzberger (1999), o tal espaço deve ser acessível a todos e a qualquer momento, e assim como qualquer espaço coletivo, sua manutenção é assumida coletivamente.

Em meio ao grande crescimento urbano, já se tratando da atualidade, em função da revolução industrial, do êxodo rural, entre outros fatores que provocaram uma intensa e desordenada formação dos centros urbanos, houve uma fragmentação entre o urbanismo e a arquitetura, ou seja, os edifícios perderam o vínculo com o espaço público, o que vem de controversa com o ideal da proposta de uma prefeitura, que é fazer do espaço privado, um local público e acessível a todas às pessoas, e o mais importante, que venha a reatar o conceito de integração entre público e privado através da apropriação dos espaços projetados.

2.3. Normas e diretrizes

A construção de um edifício institucional no espaço urbano, independente de sua tipologia, demanda o cumprimento de uma série de itens preestabelecidos por normas e diretrizes que regem tal processo de construção, e são definidas como instrumento de orientação e controle para assegurar melhores condições de vida e segurança para seus usuários e para a população.

O projeto a ser elaborado deve obedecer a todos os princípios da norma ABNT NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, e, presentes no Plano Diretor Municipal e pertinentes à construção da proposta projetual deste projeto, são citados os seguintes itens:

- Edificações destinadas à administração pública, atividades de educação, cultura, saúde, assistência social, religião e lazer, devem atender às normas e exigências da CLT e da ABNT quanto à segurança, à higiene e ao conforto nos ambientes de trabalho.
- A taxa de ocupação máxima na ZCE (Zona Central), em que se encontra o terreno escolhido, é de 50%, e a taxa mínima de permeabilidade deve ser de 10%;
- Para garantir a ventilação e a insolação das unidades, nas edificações de 2 (dois) a 3 (três) pavimentos, os afastamentos devem ser de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta);
- Áreas de subsolo devem atender uma taxa de permeabilidade de 10%, respeitando as condições de iluminação e ventilação;
- Para vagas de estacionamento de uso não residencial, o número mínimo de vagas deve obedecer ao parâmetro estabelecido de 1 vaga para cada 100m² de área construída
- Em edificações acima de dois pavimentos, a escada deve ser obrigatoriamente construída de material incombustível, não se permitindo escada em caracol.

- A utilização de rampas para uso coletivo não poderão ter largura inferior a 1,20m e sua inclinação de no máx. 12%.

2.4. Leis de proteção

Conforme o Art. 1º da Lei Nº 2.550 (SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ, 2009), acerca das normas de proteção do patrimônio cultural do Município de São Gonçalo do Sapucaí, fica definido como patrimônio cultural “bens de natureza material e imaterial, públicos ou particulares, tomados individualmente ou em conjunto, que tenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade local.”

Em função do Decreto Executivo nº 0.75, de acordo com o Art. 1º, item VII (SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ, 2010), acerca do tombamento de bens históricos do município de São Gonçalo do Sapucaí, e obedecendo aos fins estabelecidos na Lei Nº 2.550, foi instituído pelo prefeito municipal vigente na época, que fica tombado no âmbito municipal a Igreja Matriz São Gonçalo do Amarante, localizada na Praça Barão do Rio Verde, Centro, dentro do perímetro do terreno escolhido para a implantação deste projeto.

Uma vez que o local escolhido para a implantação do projeto se encontra dentro do perímetro de entorno de um bem tombado, há restrições que conferem uma série de itens a ser seguidos em função do bem protegido. Conforme o Quadro III, do Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz (SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ, 2011), são diretrizes de intervenção para construções dentro do perímetro:

As novas construções neste entorno devem guardar escala e proporção compatíveis com esse conjunto, buscando valorizá-lo. Esta ação deverá ser promovida também pela criação de leis como a de uso e ocupação do solo, restringindo o número de pavimentos principalmente no entorno imediato à igreja em no máximo dois pavimentos. Assim, como não devem reduzir ou impedir a visibilidade do bem cultural tombado ou causar impacto negativo, garantindo a sua fruição e a compreensão de sua ambiência paisagística a ser preservada.

Portanto, para a elaboração do projeto a ser proposto, tais itens devem ser seguidos para que não ocorra nenhuma transgressão às leis de proteção de tal bem, e esteja em plena conformidade com o entorno em que será inserido.

3. ESTUDOS PROJETUAIS

3.1. Referências projetuais

3.1.1. Prefeitura Municipal de Suzano

Ficha Técnica:

Localização: Suzano, SP – Brasil.

Responsáveis: JT Arquitetura

Área: 31.347 m²

Ano de conclusão: 1998

Figura 27 - Entrada para a Prefeitura Municipal de Suzano.



Fonte: Disponível em < http://www.portalnews.com.br/_conteudo/2017/05/cidades/57069-suzano-revoga-lei-que-permitia-gratificacao-especial-a-servidores.html > Acesso em 15/02/2018.

Executado no complexo administrativo de Suzano, a Prefeitura Municipal, praça cívica, teatro, teatro de arena e a casa da cultura. A obra da prefeitura teve início no ano de 1986 e sua inauguração foi no ano de 1998, executada pela empresa JT Arquitetura.

O partido adotado pelos responsáveis buscou através da utilização de um espaço aberto ao centro do edifício estabelecer um grande vazio urbano qualificado, trazendo ao edifício público uma nova proposta de redesenho da cidade. Para isso, foi empregada na estrutura vigas do tipo vierendeel, para vencer grandes vãos, que chegam a 26 metros (Figura 28).

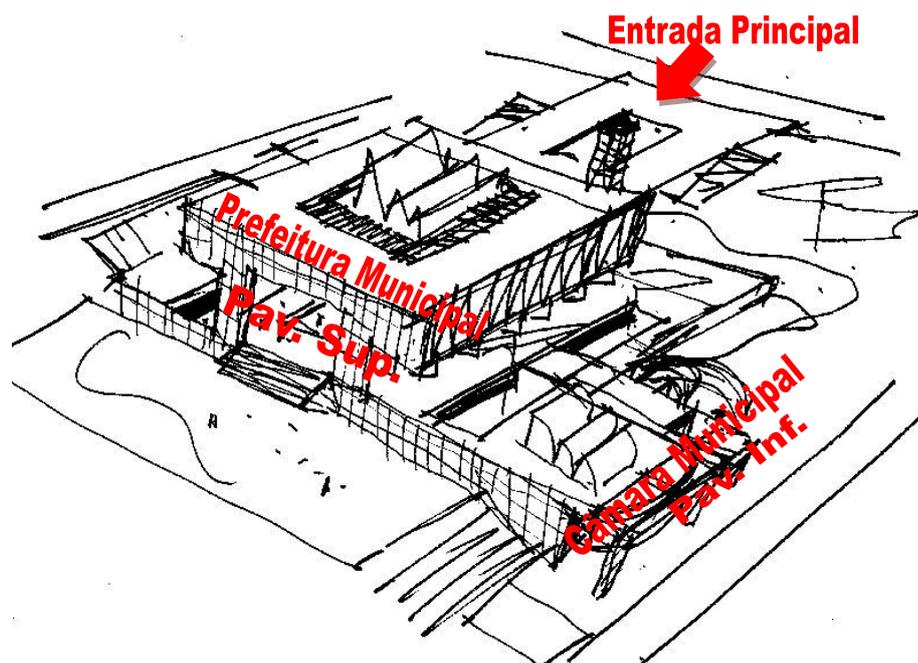
O conjunto da prefeitura municipal abriga o bloco da administração da prefeitura pelos dois pavimentos superiores, onde se distribuem todas as atividades nas áreas periféricas, permitindo uma circulação pelos setores, o integrando com a população, e, através de um acesso independente, em cota mais baixa, o volume que abriga a Câmara Municipal (Figuras 29 e 30).

Figura 28 - Entrada para a Prefeitura Municipal.



Fonte: Disponível em < <http://www.jtarquitetura.com.br/> Acesso em 15/02/2018.

Figura 29 - Croqui da proposta da prefeitura e da câmara municipal.



Fonte: Disponível em < <http://www.jtarquitetura.com.br/> Acesso em 15/02/2018.

Figura 30 - Entrada para a Câmara Municipal pela lateral direita do edifício.



Fonte: Disponível em < <http://www.jtarquitetura.com.br/> > Acesso em 15/02/2018.

O vazio que atravessa o corpo da edificação no sentido longitudinal foi criado com o objetivo de estruturar o pavimento térreo como uma praça interna que seria aberta ao público, funcionando como uma extensão das áreas externas, expressando certa permeabilidade através da circulação por entre o edifício, além de proporcionar uma área de convívio público, onde a população é capaz de se aproximar da fonte de poder e execução de toda obra e decisão pertinente à cidade (Figuras 31, 32 e 33).

Figura 32 - Espaço aberto interno.



Figura 31 - Espaço aberto Interno.



Fonte: Disponível em < <http://www.jtarquitetura.com.br/> > Acesso em 15/02/2018.

Figura 33 - Fundos da edificação com extensão para a praça aberta.

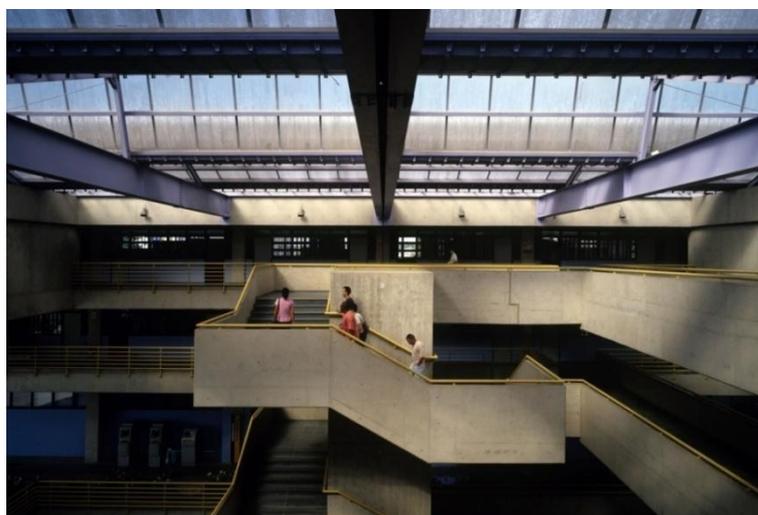


Fonte: Disponível em < <http://www.jtarquitetura.com.br/> > Acesso em 15/02/2018.

Os dois pavimentos superiores do edifício possuem acesso por meio de escadas, e a altura da abertura que define a praça interna, pôde de certa forma, expressar a monumentalidade do edifício, característica essa que geralmente é buscada nesses tipos de edificações buscando ressaltar e manifestar o poder e a importância que possuem para com a sociedade.

A cobertura utilizada na praça interna foi feita em estrutura metálica com a utilização de policarbonato (Figura 34) para gerar iluminação na área central, e todo o volume foi feito com concreto aparente e brises que protegem os espaços de trabalho nas laterais.

Figura 34 - Acesso vertical e cobertura.

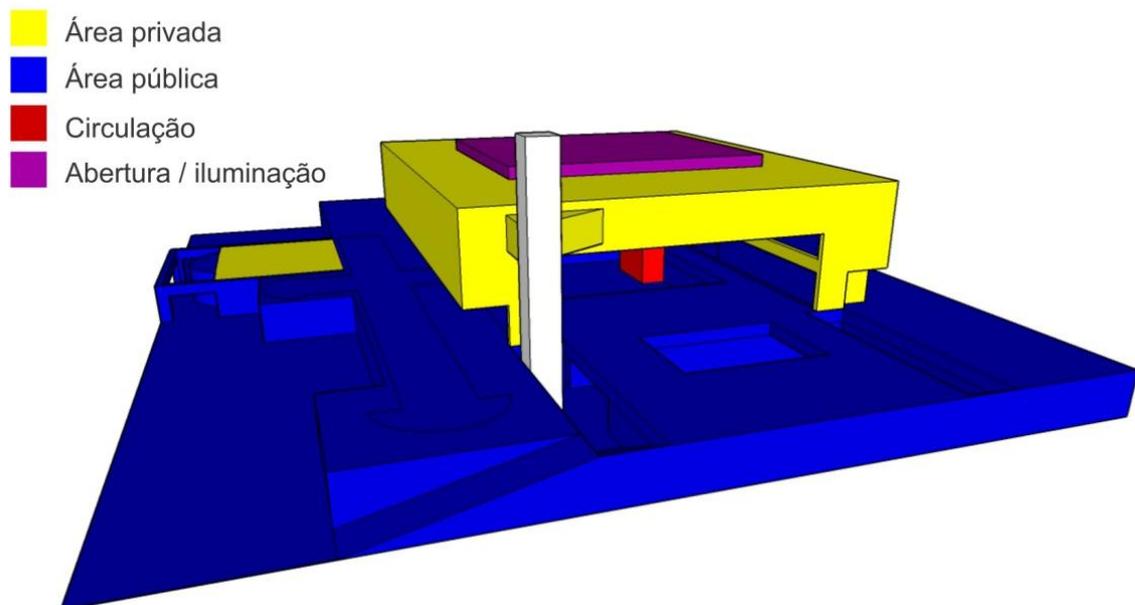


Fonte: Disponível em < <http://www.jtarquitetura.com.br/> > Acesso em 15/02/2018.

A utilização da Prefeitura e Câmara Municipal da cidade de Suzano como referência projetual está ligada ao fato de ser uma proposta muito bem pensada que prioriza a população como parte integrante do corpo do edifício.

Os artifícios que servem como bases projetuais estão relacionados ao grande vazio criado ao centro da edificação, uma vez que torna o espaço interno aberto e acessível ao público, onde a população pode participar das movimentações e funcionamento de tal órgão, exercendo assim sua funcionalidade democrática; o aproveitamento da topografia, utilizada de forma que a edificação tivesse acessos independentes, priorizando em cada acesso um tipo de atendimento; a monumentalidade associada ao uso do material em sua forma bruta, que garante ao projeto seu caráter de poder; e a utilização de uma grande abertura superior e ambientes de circulação bem delimitados, abertos e visíveis, que possibilitam ao interior do edifício, associada à grande abertura em suas extremidades, se tornar um ambiente aconchegante e parte integrante do espaço público.

Figura 35 - Esquema representativo das divisões de área da Prefeitura e Câmara Municipal de Suzano.



Fonte: O autor, 2018.

Figura 36 - Esquema representativo das divisões de área da Prefeitura Municipal de Suzano – Perspectiva frontal.



Fonte: O autor, 2018.

3.1.2. Prefeitura Municipal de Cambuí

Ficha Técnica:

Localização: Cambuí, MG – Brasil.

Responsáveis: Marcelo Ferraz, Marcelo Suzuki, Jose Sales e Tâmara Roman

Área: 2000 m²

Ano de conclusão: 1978

Figura 37 - Prefeitura Municipal Dr. Halley Lopes Bello.



Fonte: Disponível em <<http://brasilarquitectura.com/#>> Acesso em 15/02/2018.

Localizado em Cambuí, Sul de Minas Gerais, a prefeitura municipal construída em 1978 como resultado de um concurso público da municipalidade (Figuras 38 e 39), tendo como integrantes da equipe vencedora, Marcelo Ferraz, Marcelo Suzuki, Jose Sales e Tâmara Roman.

Figura 39 - Fases iniciais da construção do Paço Municipal. Figura 38 - Fases iniciais da construção do Paço Municipal.



Fonte: Disponível em < <http://brasilarquitectura.com/#> > Acesso em 15/02/2018.

O projeto consistia na proposta de elaboração de um espaço para abrigar a Prefeitura, a Câmara Municipal, e às demandas do Alistamento Militar e o IBGE. O partido consistia na integração do espaço construído com o público e seu exterior, que ocorreu por meio da criação de um grande espaço central, e trouxe assim características da arquitetura moderna por meio da utilização de linhas retas, claridades, vãos livres e pela elevação do corpo do edifício sobre pilotis, criando uma espécie de grande varanda de chegada de uso público. Tal espaço criado permitiu ao longo dos anos que o mesmo fosse apropriado pela população, servindo como ponto para a organização eventos, programações públicas e manifestações (Figuras 40, 41, 42, 43 e 44).

Figura 40 - Manifestação em prol do Dia da Consciência Negra.



Fonte: Prefeitura de Cambuí, 2015.

Figura 41 - Evento musical na Prefeitura Municipal.



Fonte: Prefeitura de Cambuí, 2015.

Figura 42 - Evento de dança.



Fonte: Prefeitura de Cambuí, 2016.

Figura 43 - Evento de comemoração das Olimpíadas e 124 anos de idade.



Fonte: Prefeitura de Cambuí, 2016.

Figura 44 - Evento de ciclismo com ponto partida na Prefeitura Municipal.



Fonte: Prefeitura de Cambuí, 2017.

A equipe adotou o concreto armado para compor toda a estrutura do edifício, e no espaço central criado para a interação do município com o edifício, foi utilizada uma cobertura em forma de grelha, também em concreto armado, permitindo a passagem de luz para o interior da edificação (Figura 45).

Figura 45 - Espaço central do edifício.



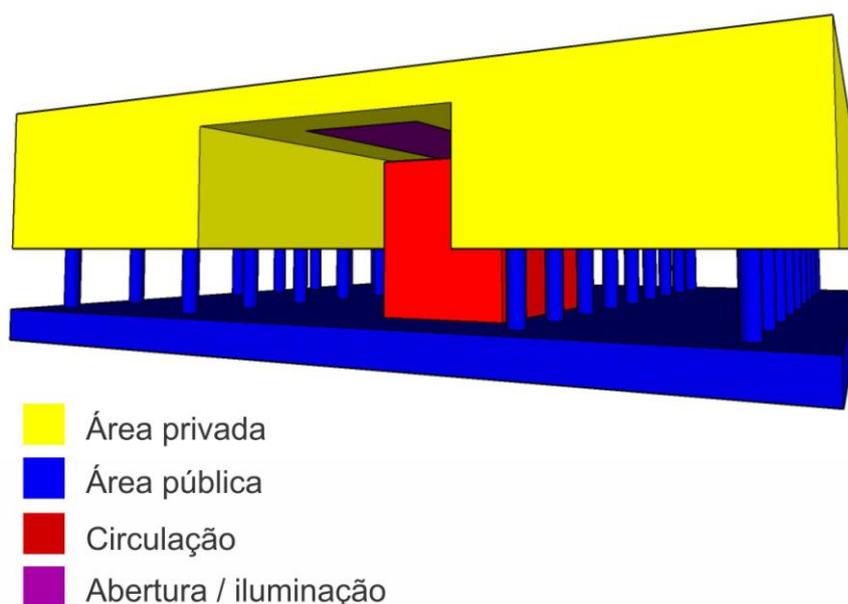
Fonte: Disponível em < <https://ibitupi.wordpress.com/portfolio/paco-municipal-de-cambui/> > Acesso em 15/02/2018.

Adotou-se o uso de cores primárias em elementos da estrutura de concreto, como escadas e rampas, a fim de realçar as circulações e demarcar os espaços que permitiam uma integração e visualização do espaço interno com o externo, compondo um resultado inédito para a época.

Ressaltando sua importância histórica, a Prefeitura Municipal foi classificada pelo IPHEA (Instituto do Patrimônio de Minas Gerais) como exemplar significativa da arquitetura contemporânea na região.

Os aspectos adotados como bases projetuais para a proposta de construção da prefeitura para a cidade de São Gonçalo do Sapucaí estão relacionados ao método de integração adotado pela equipe, unindo o interior com o exterior através de um espaço central mais aberto, assim como a elevação do corpo do edifício sobre pilotis, o que garante ao espaço, até então privado, ser visível e passível de utilização da população para exercerem a democracia através da aproximação com o edifício público, seja para reivindicações, apresentações, pronunciamentos, entre outras utilizações; o emprego da circulação de forma bem definida e visível garantindo visibilidade ao edifício; a inserção da abertura na cobertura, que traz ao interior mais clareza, deixando os espaços mais visíveis; e a monumentalidade associada ao uso do material em sua forma bruta, que garante ao projeto seu caráter de poder.

Figura 46 – Esquema representativo das divisões de área da Prefeitura de Cambuí.



Fonte: O autor, 2018.

3.1.3. Centro Cívico de Santo André

Ficha Técnica:

Localização: Santo André, SP – Brasil.

Responsáveis: Rino Levi Arquitetos

Área: 110.000 m² de terreno, acomodando um conjunto de quatro edifícios.

Ano de conclusão: 1969

Figura 47 - Centro Cívico de Santo André.



Fonte: Rafael Rodegher.

Localizado num terreno com cerca de 110.000 m², distribuído em três patamares com desnível de 10 metros, o Centro Cívico de Santo André, resultado de um concurso público ganho por Rino Levi no ano de 1965, tinha como proposta a construção de quatro edifícios, sendo eles a Prefeitura com a torre maior, abrigando as atividades do Poder Executivo, a Câmara no edifício com coroamento, abrigando as Atividades do poder Legislativo, o Teatro em formato curvo e bem peculiar para o conjunto, integrado à Biblioteca Municipal de formato retangular (Figura 48).

No ano de 1970 foi construído o edifício para abrigar o prédio do Poder Judiciário, previsto no plano original, porém não executado pela equipe de Rino Levi, mas dialogando muito bem com as demais construções.

Figura 48 - Implantação dos edifícios no terreno.



Fonte: Base cartográfica do openstreetmap.

Construídos no estilo Brutalista, os edifícios tinham como característica privilegiar a *verdade estrutural*, evidenciando a beleza estética da estrutura por meio da exposição do concreto armado e dos sistemas estruturais, como vigas, pilares, entre outros aspectos, emitindo uma grande expressividade plástica (Figura 49).

Todo o conjunto, para Rino Levi, partia da concepção urbanística de utopia democrática, onde o espaço público serviria como um local central para a interação e convergência da população, buscando por meio deste a troca de ideias e manifestações da sociedade.

Figura 49 - Vista para o Centro Cívico.



Fonte: Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/779671/em-foco-rino-levi> > acesso em 12/04/2018.

Os edifícios da Prefeitura e da Câmara Municipal, que configuram o centro cívico, trouxeram o conceito de aproximação da população para com o edifício, não só pela escolha do estilo adotado pelo arquiteto, mas como também pela elevação do pavimento térreo, criando um pátio de convívio público, servindo como uma expansão da área externa para dentro das edificações, fazendo com que a população pudesse se apropriar do espaço e se aproximar do poder público de forma mais interativa.

Uma característica expressiva da Prefeitura municipal, baseada no conceito de poder do município geralmente adotado para tal tipologia de edificação, fica evidente em sua monumentalidade, uma vez que o edifício proposto para abrigar a sede do Poder Executivo, torna-se o ponto central do Centro Cívico, ressaltando suas características e impondo sua grandiosidade perante o seu entorno (Figura 50).

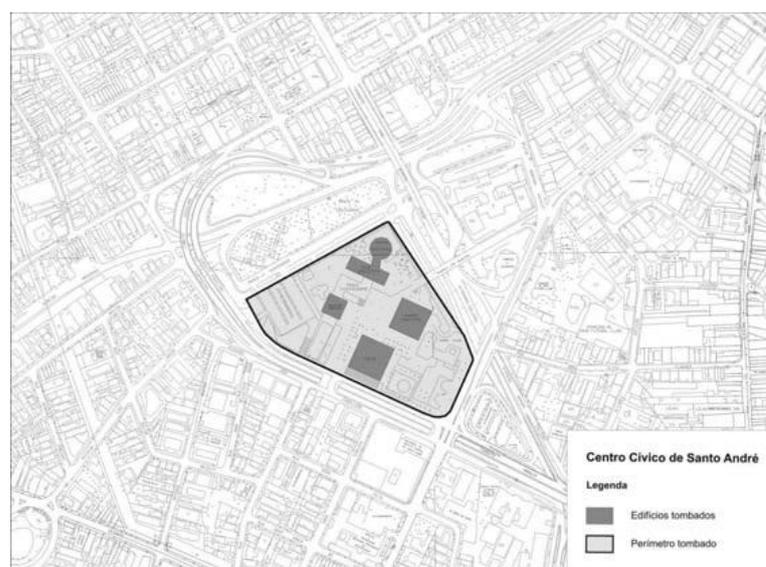
Figura 50 - Vista para prefeitura.



Fonte: Disponível em <<http://www.jornalhojelivre.com.br/encontro-em-santo-andre-reune-iniciativas-inovadoras/>> acesso em 10/04/2018.

Devido à sua significativa contribuição por seu conjunto de edifícios e importância histórica para a arquitetura brasileira, o Centro Cívico foi tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), assim como todo paisagismo do projeto elaborado por Roberto Burle Marx (Figura 51).

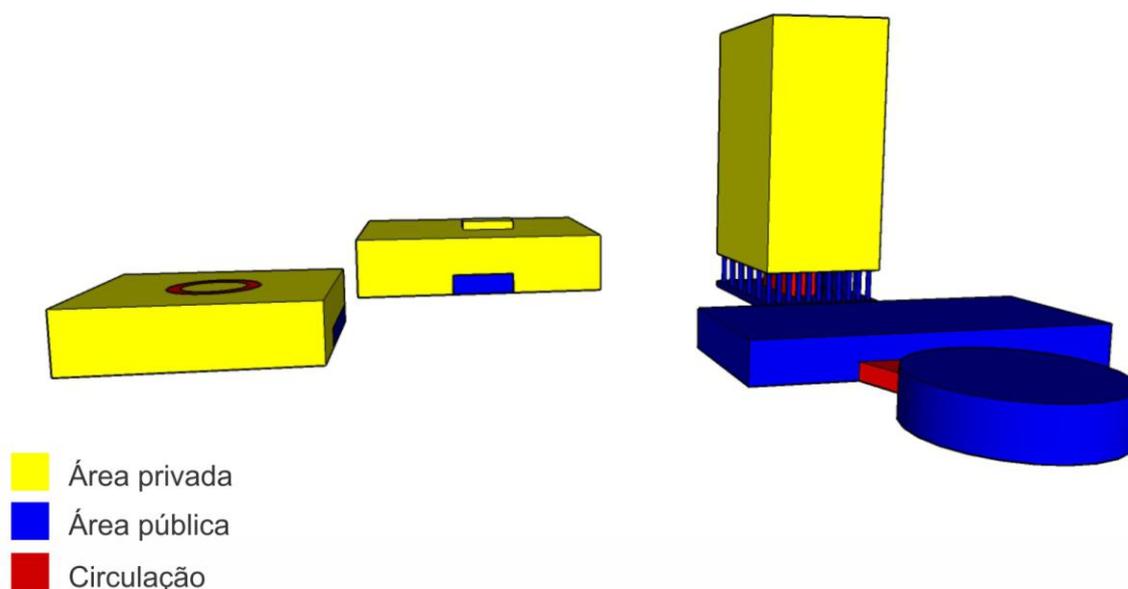
Figura 51 - Entorno tombado.



Fonte: Livro do Tombo Histórico inscr. nº 397, p.115.

Os aspectos constatados para utilização como bases projetuais referente ao Centro Cívico de Santo André estão relacionados à monumentalidade dos edifícios, principalmente se tratando da prefeitura que é mais referenciada no conjunto, e que associada ao uso do material em sua forma bruta, garante ao projeto seu caráter de centralidade e poder; a elevação do corpo do edifício da prefeitura sobre pilotis, que cria um pátio público como forma de expansão da área interna para aproximação com a população; o espaço público muito presente e integrado ao redor dos edifícios; e a escolha da localização e inserção dos edifícios no terreno, aproveitando a topografia para as utilizações, o que facilita a aproximação da sociedade.

Figura 52 – Esquema representativo das áreas do Centro Cívico de Santo André.



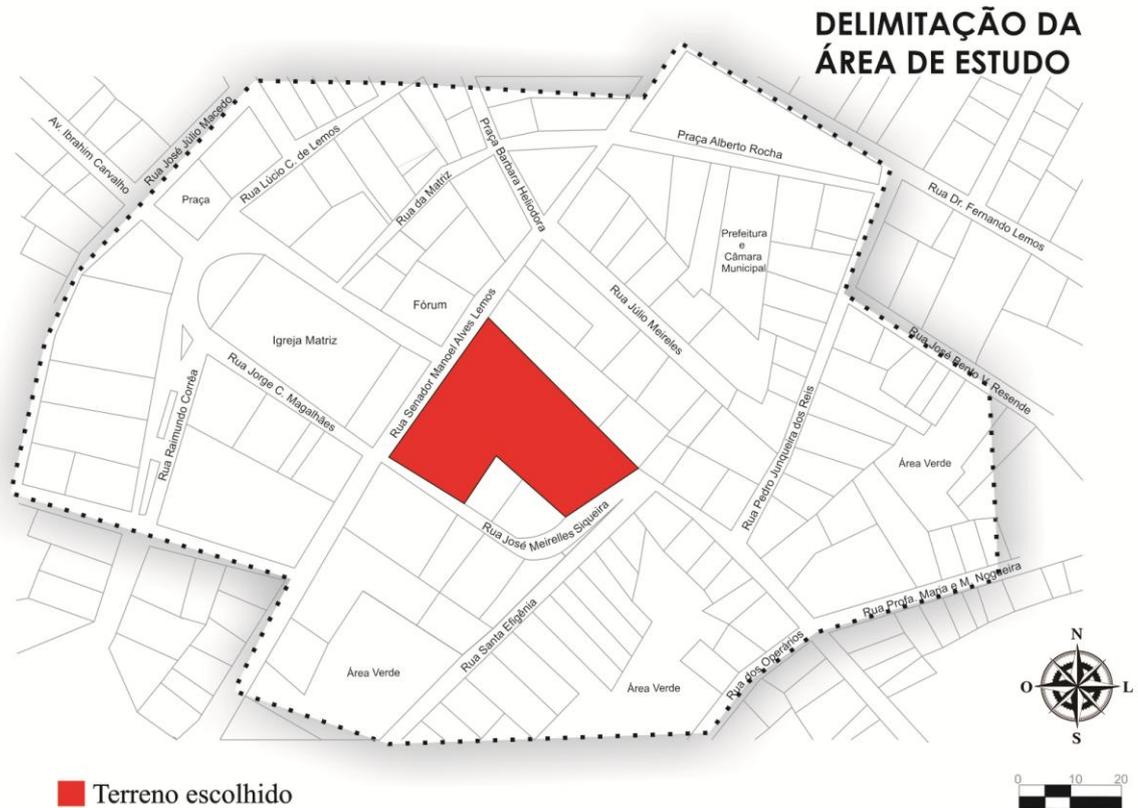
Fonte: O autor, 2018.

3.2. Análise e diagnóstico da área

3.2.1. Delimitação do entorno

O entorno delimitado (Mapa 01) foi definido com base nos principais espaços e usos localizados nas proximidades do objeto de estudo, uma vez que permite visualizar como se configuram as tipologias de edificações e ocupação da área urbana central, apresentando as áreas que irão se relacionar com a proposta projetual.

Mapa 1- Delimitação da área de estudo.



Fonte: O autor com base no Google maps, 2018.

3.2.2. Aspectos geográficos naturais

O entorno delimitado, em questões topográficas, possui uma área acidentada, visível pela altura do terreno em dois níveis diferentes, estando a área de menor extensão, que confronta com a Rua Sen. M. Alves Lemos e a Rua José Meirelles Siqueira a quatro metros acima da maior.

Há a presença de uma área verde considerável (Figuras 53 e 54), porém existindo em sua maioria nos quintais, fundos de terrenos e praças, caracterizada por árvores de pequeno, médio e grande porte, todavia a predominância do entorno é de áreas edificadas.

Figura 53 - Área com vegetação entre as ruas Santa Efigênia e Senador Manoel Alves Lemos.



Fonte: O autor, 2018.

Figura 54 - Área com vegetação na fachada posterior da Igreja Matriz.



Fonte: O autor, 2018.

O sol nascente incide pela face de entrada da área de nível mais baixo, e o poente pela fachada posterior do lote, que confronta com a Rua Senador Manoel Alves Lemos, e os ventos predominantes seguem a direção Leste-Oeste, também incidindo sobre a área de nível mais baixo do terreno, o que caracteriza a maior face, localizada na área de cota mais baixa, como a principal fachada para propor estratégias de conforto ambiental. E não há a presença de percursos de água dentro do entorno.

Quanto à declividade do terreno, esta influencia na tomada de decisão para a escolha dos acessos à edificação, uma vez que possibilita entradas em níveis diferentes, priorizando os

atendimentos públicos e áreas mais privadas conforme a disposição a ser escolhida para a fachada principal da proposta de edificação a ser realizada.

Apesar de o terreno possuir grande extensão, o mesmo possui apenas vegetação rasteira em toda sua área, o que permite a utilização livre para a proposta sem que cause nenhum dano ou impacto ambiental, e, seu desnível de três metros e meio, associado ao limite de gabarito por possuir edificações tombadas e inventariadas no entorno, garante que a edificação a ser proposta não cause barreiras de iluminação e ventilação no entorno.

Mapa 2 - Aspectos geográficos naturais.



Fonte: O autor, 2018.

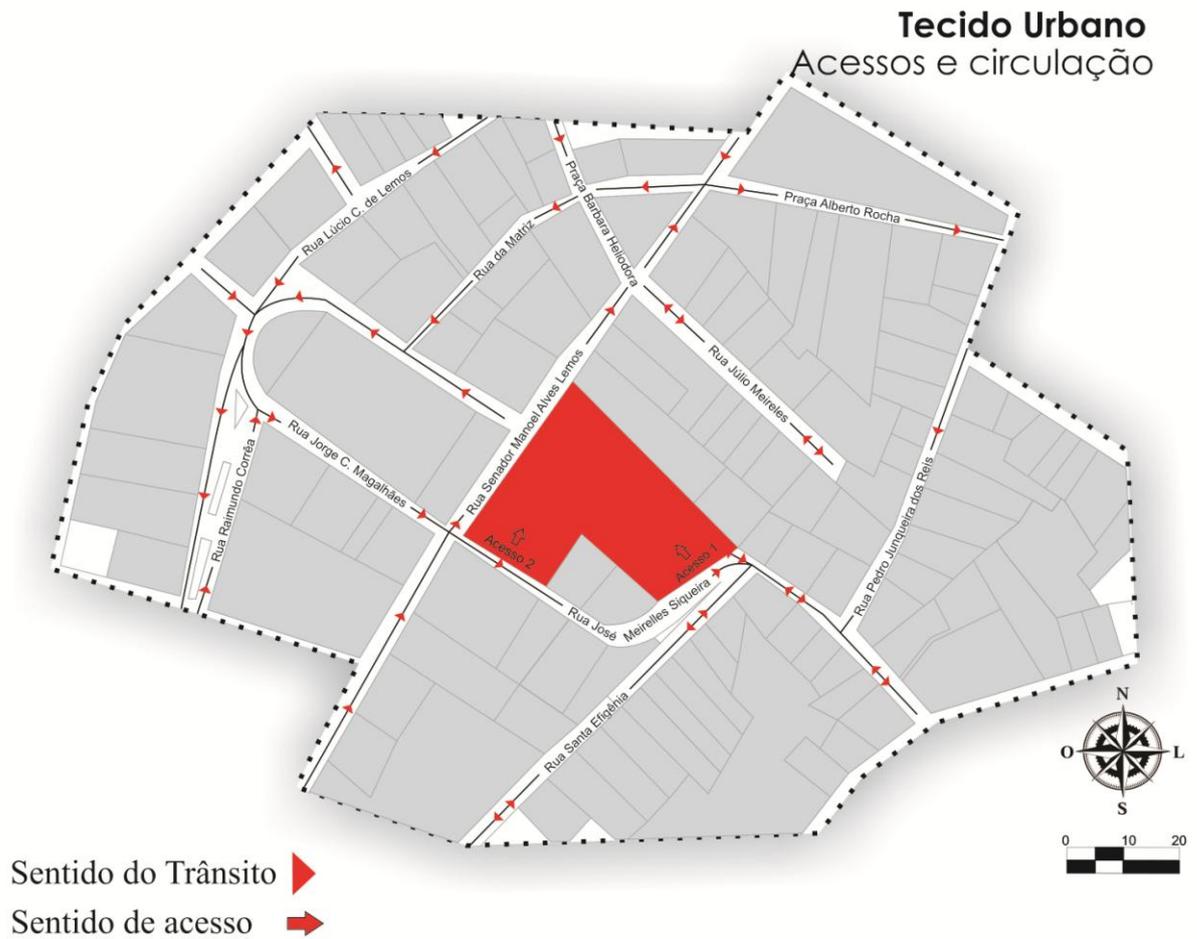
3.2.3. Acessos e circulação

A circulação dentro do perímetro estabelecido funciona de maneira a atender às edificações de forma rápida e eficiente, predominando nas vias o sentido único, que permite que a boa circulação do tráfego, que nos horários de pico são intensos.

No entorno da área estabelecida como objeto de estudo, devido às dimensões estreitas da via José Meirelles Siqueira, que atende as duas entradas do lote, foi estabelecido o sentido

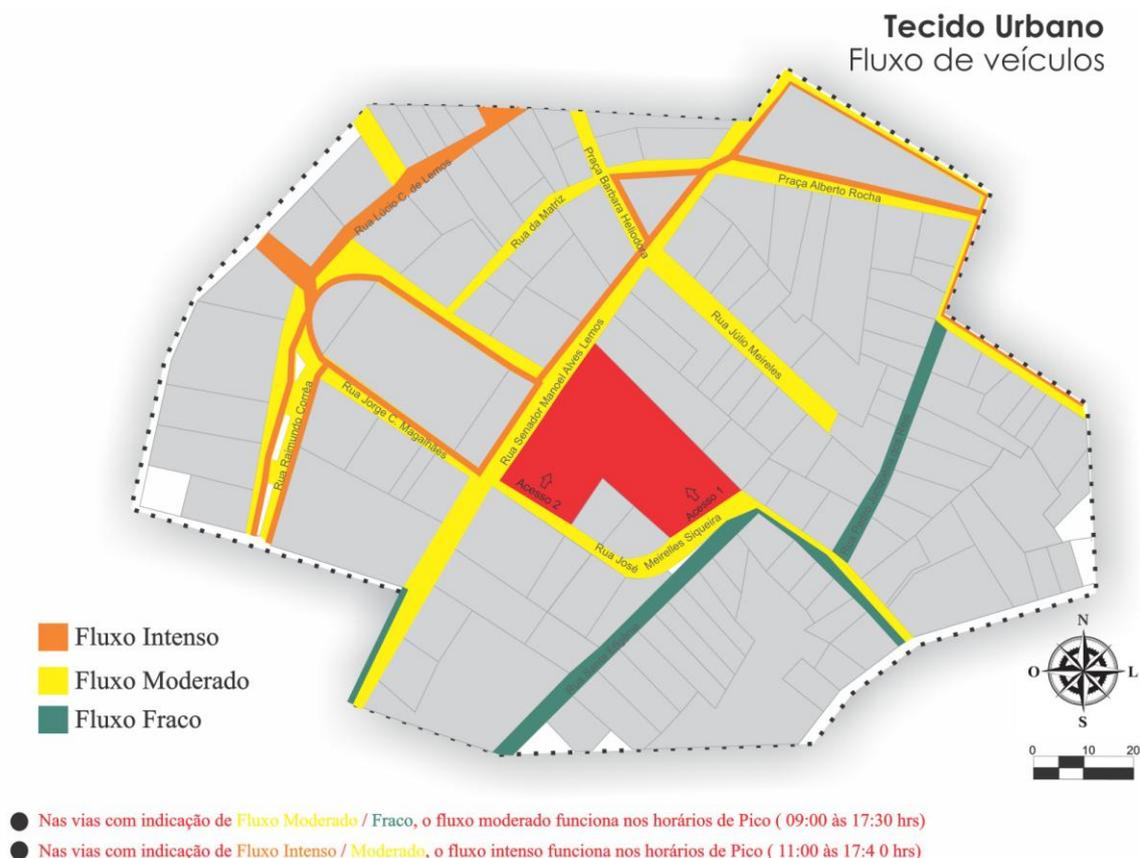
único para atender à proposta projetual sem gerar conflitos no trânsito, se iniciando pelo Acesso 02, que configura a entrada secundária e de menor porte, e posteriormente para o Acesso 01, que dá acesso ao estacionamento subterrâneo e à entrada principal.

Mapa 3 - Acessos e circulação.



Fonte: O autor, 2018.

Mapa 4 – Fluxo de veículos



Fonte: O autor, 2018.

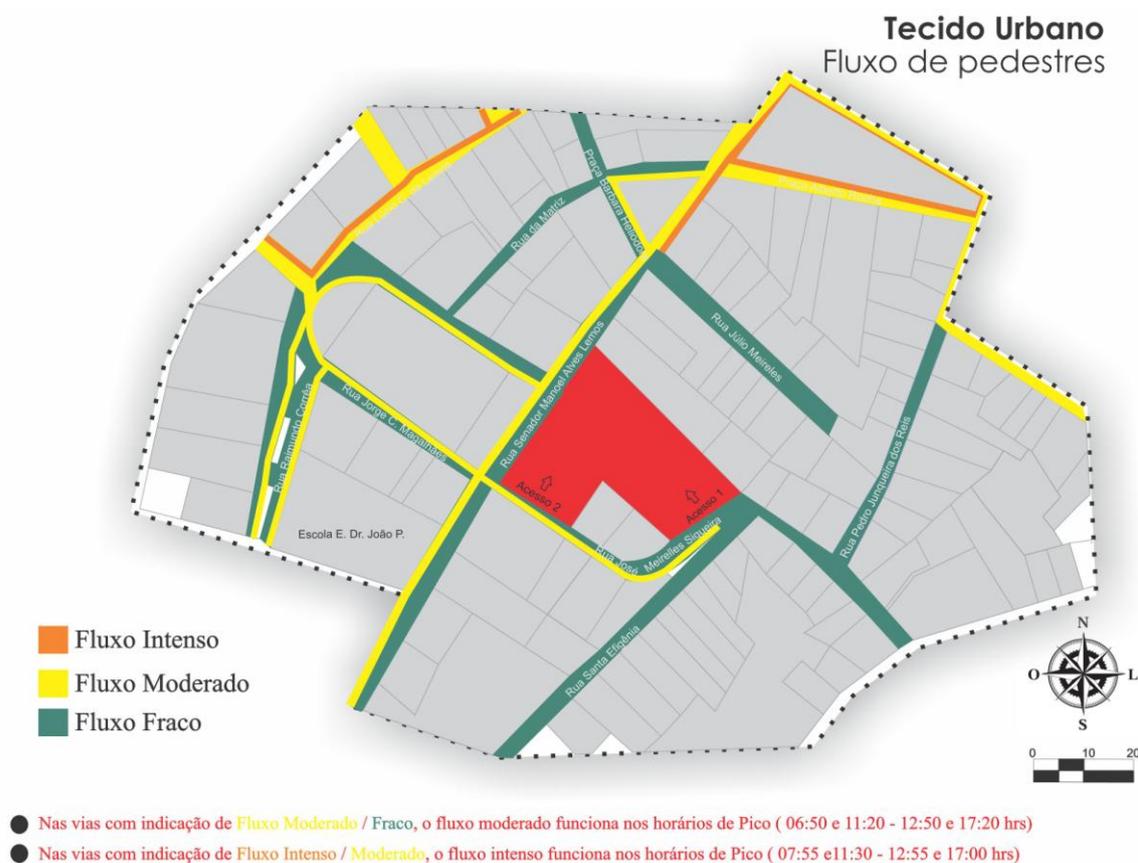
O fluxo de veículos nas duas faces de acesso ao terreno são moderados, portanto há sempre a presença de veículos circulando pelo local durante o dia, uma vez que tais ruas dão acesso aos principais comércios e serviços do centro, além de ser uma rota de saída do centro que vai da Rua Jorge C. Magalhães, passando pelas duas entradas ao terreno por meio da Rua José Meirelles Siqueira e se dispersando dali em diante.

É importante ressaltar que os fluxos indicados no mapa são referentes ao uso de segunda à sexta feira, uma vez que nos finais de semana a maior parte dos comércios e serviços do entorno estabelecido não funcionam.

Considerando a afirmação anterior, durante o horário das 09:00 às 17:30 hrs, onde há a presença de fluxo moderado e fraco indicado no mapa, prevalece o fluxo moderado nestes horários, considerando que em tais horários os comércios e serviços estão ativos, tornando as vias sempre movimentadas em razão disto. Para os horários das 11:00 às 17:40 hrs, onde há indicado no mapa fluxo intenso convergindo com moderado, prevalece o fluxo intenso, pois são os horários de saída das unidades comerciais e institucionais para almoço e fim de expediente.

Levando em consideração as informações indicadas no mapa, é possível analisar que com a implantação da prefeitura no novo local, o fluxo de veículos, sem considerar as alterações provenientes da mudança de local da sede, irá interferir em maior parte em questões de ruídos pela face de acesso à Rua Senador Manoel Alves Lemos, o que configura a entrada de cota mais baixa como fachada principal por possuir fluxo moderado e fraco, portanto passível de menos interferência de ruídos durante o dia.

Mapa 5 - Fluxo de pedestres



Fonte: O autor, 2018.

O fluxo de pedestre no entorno do terreno tem predominância fraco, uma vez que os principais usos do Centro estão concentrados nos quarteirões abaixo, de direção oeste a nordeste, cabendo o uso moderado indicado no entorno do terreno, pela localização da Escola Estadual Dr. João Pinheiro, durante os horários das 07:55 e 11:30 hrs, e de 12:55 e 17:00 hrs, que são os horários de entrada e saída da escola do período matutino e vespertino.

Com base numa previsão de que o fluxo de veículos irá aumentar consideravelmente no entorno do terreno, e devido ao fluxo moderado de pedestres (estudantes) no local durante os horários indicados e da suposição de que irá aumentar o número de pedestres circulando no

local após a inserção da prefeitura no local, faz-se necessário a utilização de sinalização vertical e horizontal de trânsito, como placas regulamentadoras fixadas ao lado ou suspensas sobre a via, e linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados sobre a via, uma vez que a Rua José Meirelles Siqueira, na qual confronta com as duas fachadas de acesso ao terreno, possui largura muito limitada e passeios esguios, impossibilitando que a rua seja alargada por possuir edifícios construídos sem afastamento da calçada.

Com base nos ruídos vindos do uso do pedestre no entorno do terreno, estes não são problemas em questões de interferência para a proposta projetual, pois o fluxo moderado que poderia interferir na adoção de estratégias para amenizá-los no projeto, não coincidem com os horários de serviço da prefeitura.

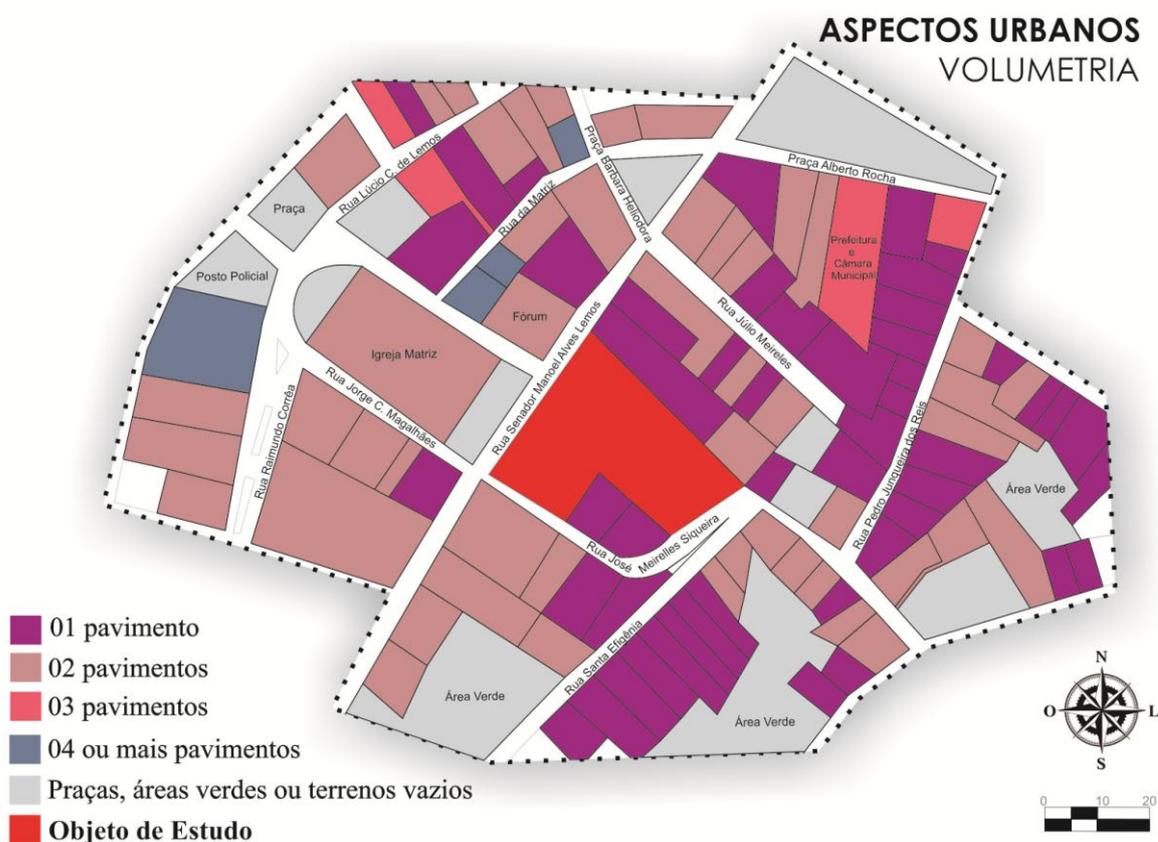
3.2.4. Equipamentos e instituições

Dentro do perímetro estabelecido há a presença de um grande número de equipamentos e instituições que são pontos de referência para a cidade e tem grande importância para o município, o que torna a área com grande movimento, principalmente nos horários comerciais, e irá indicar e estabelecer novas relações de uso a partir da inserção de um novo equipamento público no local como uma forma de redesenho da paisagem urbana e seu modo de utilização, além de estabelecer as diretrizes para a construção da proposta projetual, por se encontrar dentro do perímetro de entorno de bens inventariados e tombados municipalmente.

3.2.5. Aspectos Urbanos

Por se tratar de uma área consolidada inicialmente no período colonial, há a presença de grande número de edificações do estilo com dois pavimentos, uma vez que era comum para a época o funcionamento das edificações abrigando a área comercial no térreo e residencial no pavimento superior, no entanto, há um grande número de edificações com 1 pavimento, que acomodam edificações de uso residencial.

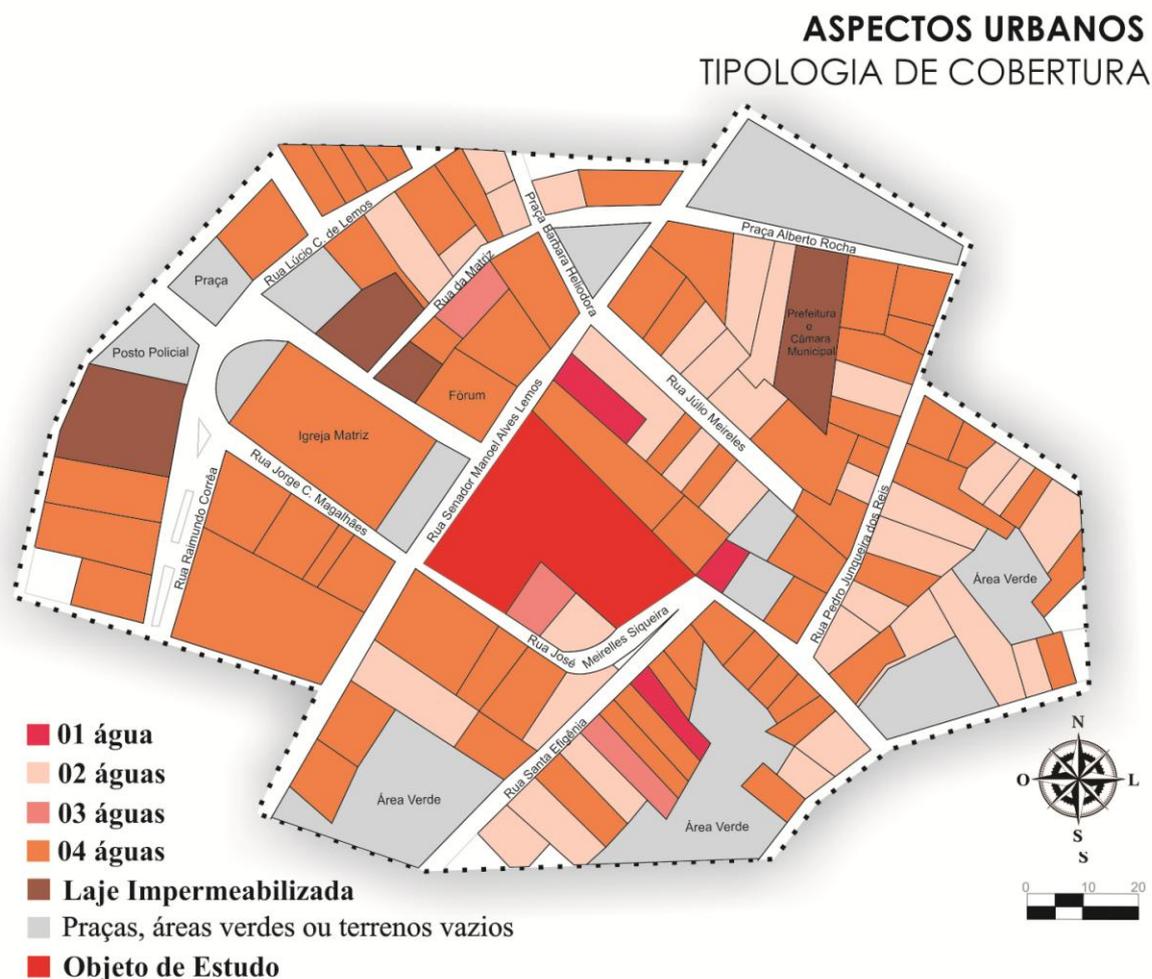
Mapa 8 - Volumetria.



Fonte: O autor, 2018.

Como indicado no mapa (Mapa 9), pode-se observar que a predominância de cobertura é de quatro águas ou mais e duas águas, representadas principalmente por telhados com telhas cerâmicas aparentes, característica esta comum para as edificações predominantes do local, de estilo colonial.

Mapa 9 - Tipologia de cobertura.

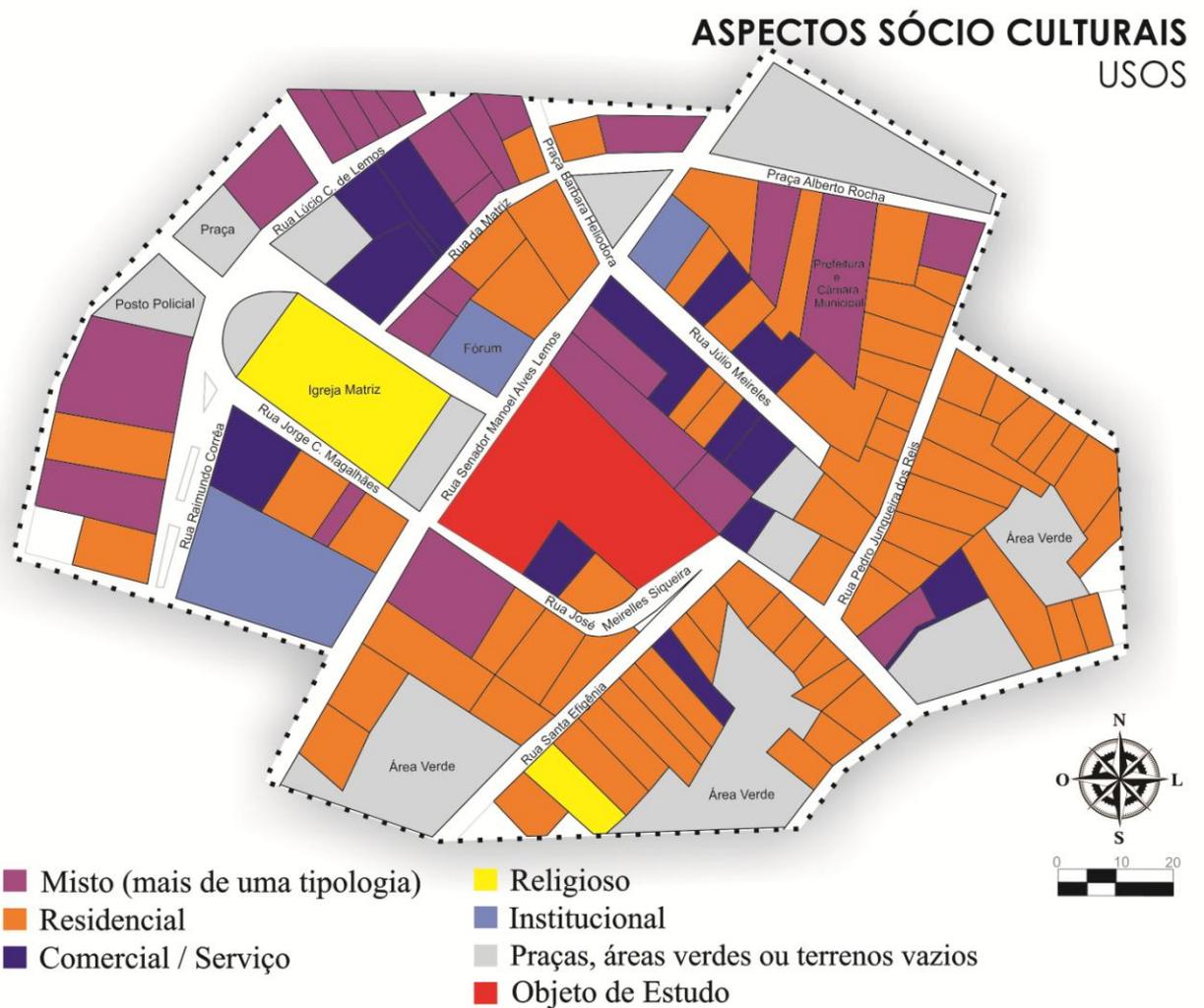


Fonte: O autor, 2018.

3.2.6. Aspectos Socioculturais

Com base nos usos do entorno do objeto de estudo apresentados (Mapa 10), pode-se observar que o mapa se encontra dividido em duas categorias, sendo misto e comercial voltados para o lado mais central da cidade (lado esquerdo e superior do mapa), e residencial para o lado mais periférico (lado direito e inferior do mapa), o que permite visualizar a grande abrangência do objeto de estudo, estando localizado num ponto estratégico, onde se concentram grande parte dos principais usos da região central, além de se conectar com a população, o que permite o fácil acesso ao mesmo.

Mapa 10 - Usos.



Fonte: O autor, 2018.

3.3. Programa de necessidades

Baseado nas necessidades dos funcionários em termos de conforto e adequada infraestrutura, e no sentido de reagrupamento das centrais das secretarias dentro da prefeitura, concentrando os principais departamentos dentro da sede administrativa, foi desenvolvido o seguinte programa de necessidades com a o objetivo de propor:

- Salas confortáveis e adequadas ao número de funcionários de cada departamento, e com fácil comunicação entre as mesmas;
- Salas de reuniões particulares e de uso público para atendimento à imprensa, empresas e à população;

- Uma ampla área de circulação e espera para melhor atendimento à população, atendendo aos princípios de acessibilidade e com mobiliários ergonômicos para atendimento adequado aos portadores de necessidades especiais;
- Áreas de serviços gerais e descanso que comporte a demanda do número de funcionários e garanta conforto dos mesmos;
- Local específico para o setor de reportagem da prefeitura, assim como para reuniões, pronunciamentos, entre outros serviços oferecidos à população;
- Área destinada a abrigar a central das secretarias municipais;
- Área livre e aberta ao público como espaço de apropriação da população, para fins de uso comum, protestos e reivindicações, momentos cívicos e atividades culturais.

3.3.1. Prefeitura Municipal:

Destinada a abrigar os departamentos da área administrativa da Secretaria do Governo.

Setor	Ambiente	Função	Func.	Usuários	Observações	M ²
Diretoria Administrativa	Gabinete do Prefeito	Local para abrigar o prefeito, onde o mesmo estará pronto para atender às necessidades da população.	1	-	-	16
	Gabinete do Vice-Prefeito	Local para abrigar o vice-prefeito, onde o mesmo estará pronto para atender às necessidades da população.	1	-	-	12

	Jurídico	Orientar os setores conforme a lei e participar de toda decisão jurídica da Prefeitura.	3	-	-	25
Apoio Administrativo	Reunião	Sala de apoio ao executivo.	-	20	-	30
	Telefonista	Orienta as necessidades de todos os setores.	1	-	-	6
Departamento Financeiro	Tesouraria	Responsável por todos os pagamentos da prefeitura.	3	-	-	15
	Contabilidade	Prestação de contas de todos os setores da empresa.	6	-	-	20
	Compras	Responsável por suprir todas as necessidades dos setores da prefeitura.	4	-	-	16
	Convênios	Captação de recursos e prestação de contas.	1	-	-	9

Departamento Pessoal	Recursos Humanos	Responsável pelo pagamento dos servidores públicos e por seus direitos trabalhistas.	2	-	-	16
Serviços e Atendimento Público	Tributação	Fiscalizar e receber pagamentos de impostos.	4	-	-	30
	Recepção e Espera	Cuida de todos os compromissos do prefeito, orienta e atende às necessidades da população.	1	40	-	48
	Salas de Reuniões públicas e privadas	Ambientes para atendimento ao cidadão ou empresas que necessitem de reunião particular com a prefeitura.	-	8	-	25
Serviços Gerais	Copa/Cozinha	Responsável pela execução de serviços gerais para o bom funcionamento dos setores.	2	15	-	9
Almoxarifado	Depósito	Local para depositar itens em geral da prefeitura.	-	-	-	18

	DML	Local para depósito de todo item de uso da área de serviços gerais.	-	-	-	6
	Arquivo	Mantém arquivados todos os processos, pastas e arquivos dos setores.	-	-	Tem a necessidade de separar os ambientes de arquivo por setor.	40
Higiene Pessoal	Instalações Sanitárias	Compartimento para cuidados de higiene pessoal.	-	12	Separados em Público e Privado com as subdivisões Feminino, Masculino e PNL.	27
Recreação	Descanso e Lazer	Local para descanso e convívio dos funcionários nos horários de intervalo.	-	20	Integrado ao ambiente Copa/Cozinha.	25
Comunicação	Reportagem	Local de trabalho para edição e planejamento do repórter.	1	-	O repórter atende tanto a Prefeitura Municipal quanto a Câmara.	7,5

	Auditório	Local para grandes reuniões, pronunciamentos, entre outros serviços oferecidos pela prefeitura.	-	200	-	240
TOTAL:						640,50 m²

Fonte: O autor, 2018.

3.3.2. Secretarias adicionais:

Destinado a abrigar os ambientes das secretarias que já possuem sedes independentes na cidade, porém criados para melhorar e facilitar o atendimento com base na concentração dos chefes de departamento de cada secretaria dentro da prefeitura, onde terão participação mais ativa, uma vez que todas as secretarias são dependentes do poder público em quaisquer tomadas de decisões, além de promover um melhor rendimento no serviço oferecido por não precisar de deslocamento entre as secretarias e a prefeitura.

Tabela 2						
Setor	Ambiente	Função	Func.	Usuários	Observações	M ²
Secretaria Municipal de Assistência Social	Escritório e atendimento à Assistência Social.	Abrigar a central de atendimento da Assistência Social.	2	-	-	9
	Escritório e atendimento ao Fundo Municipal de Esportes.	Abrigar a central de atendimento do Fundo de Esportes.	2	-	-	9

Secretaria Municipal de Saúde	Escritório e atendimento à diretoria da Saúde.	Abrigar a central de atendimento da Secretaria da Saúde.	2	-	-	9
Secretaria de Obras	Escritório e atendimento à diretoria da Obras.	Abrigar a central de atendimento da Secretaria de Obras.	1	-	-	8
Secretaria Municipal de Educação	Escritório e atendimento à diretoria da Educação.	Abrigar a central de atendimento da diretoria de Educação.	1	-	-	9
Secretaria de Governo	Departamento de Engenharia e Arquitetura	Abrigar os engenheiros, arquitetos e estagiários da prefeitura.	5	-	-	20
	Departamento de Cultura	Abrigar a central de atendimento da diretoria de Cultura.	1	-	-	15

Higiene Pessoal	Instalações Sanitárias	Compartimento para cuidados de higiene pessoal.	-	12	Separados em Público e Privado com as subdivisões Feminino, Masculino e PNL.	6
Atendimento e Reuniões	Salas moduláveis	Ambientes versáteis para reuniões exclusivas dos setores, públicas ou privadas.	-	20	Todas as salas serão moduláveis para atender a necessidade do número de pessoas de acordo com a necessidade	24
TOTAL:						109 m²

Fonte: O autor, 2018.

3.3.3. Ambientes externos:

Destinado a abrigar as áreas abertas de apoio aos edifícios e de uso comum à população.

Setor	Ambiente	Função	Func.	Usuários	Observações	M ²
Externo	Estacionamento Público	Guarda de veículos dos usuários dos serviços públicos.	-	20	-	303

	Estacionamento Funcional	Guarda de veículos dos funcionários públicos identificados.	-	50	O estacionamento deve atender à Prefeitura e demais secretarias.	766
	Carga e Descarga	Abastecimento de mercadorias, correspondências e valores.	-	1		12
	Praça Cívica e de convívio popular.	Local para hasteamento de bandeiras e solenidades, eventos e convívio social.	-	1500	Considerada as áreas abertas disponíveis, foi estipulado 2,5 pessoas por metro quadrado considerando um agrupamento de pessoas disperso.	600
TOTAL:						1681 m²

Fonte: O autor, 2018.

3.4. Conceito

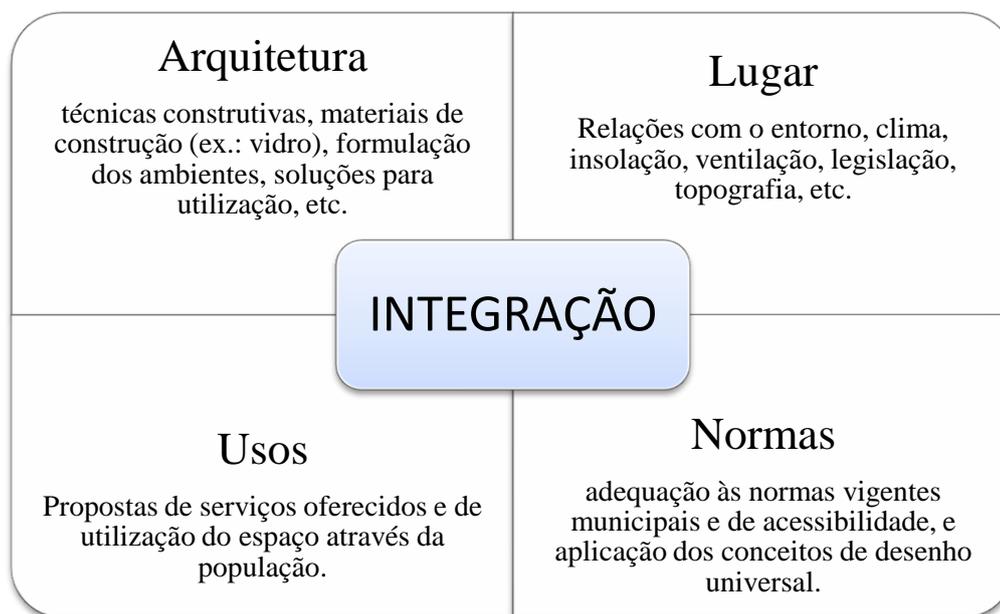
A ideia principal para este projeto é a integração (Figura 55). Este conceito tem por significado “ato ou efeito de integrar(-se).”, onde integrar, por sua vez, significa “juntar-se, tornando-se parte integrante [...] incorporar-se” (FERREIRA, 1988, p.365).

No campo da arquitetura pode-se observar a integração presente muitas vezes como instrumento de aproximação, abrangendo tanto duas ou mais áreas internas, transformando um espaço dotado de uma característica mais privada, em algo mais amplo, assim como a

vinculação entre interior e exterior, que se estabelece por meio da conexão entre tais espaços, o que permite por muitas vezes a transparência do edifício e uma relação de proximidade dos seus usuários com o meio externo e vice-versa.

Essas noções de integração serão aplicadas no projeto da Prefeitura Municipal a partir das seguintes estratégias: a) a sobreposição dos pavimentos superiores como uma “camada mais densa”, que expressa solidez, tornando o pavimento térreo mais amplo e mais leve; b) a utilização dos fechamentos em vidro, brises, muxarabis e ou cobogós, como instrumento de aproximação por meio da transparência do edifício, integrando a paisagem urbana com as atividades do espaço interno; c) a criação de uma praça externa que permite a aproximação da população por meio da apropriação daquele espaço para diversos fins, como eventos, protestos, manifestações, entre outros; d) a priorização dos atendimentos ao público no pavimento de nível da rua e cota mais baixa, estabelecendo a conexão entre os serviços oferecidos com o uso de interesse público; f) a utilização da topografia como fator condicionante para a determinação da volumetria proposta para expressar tais ideias.

Figura 55 – Condicionantes para o conceito de integração.



Fonte: O autor, 2018.

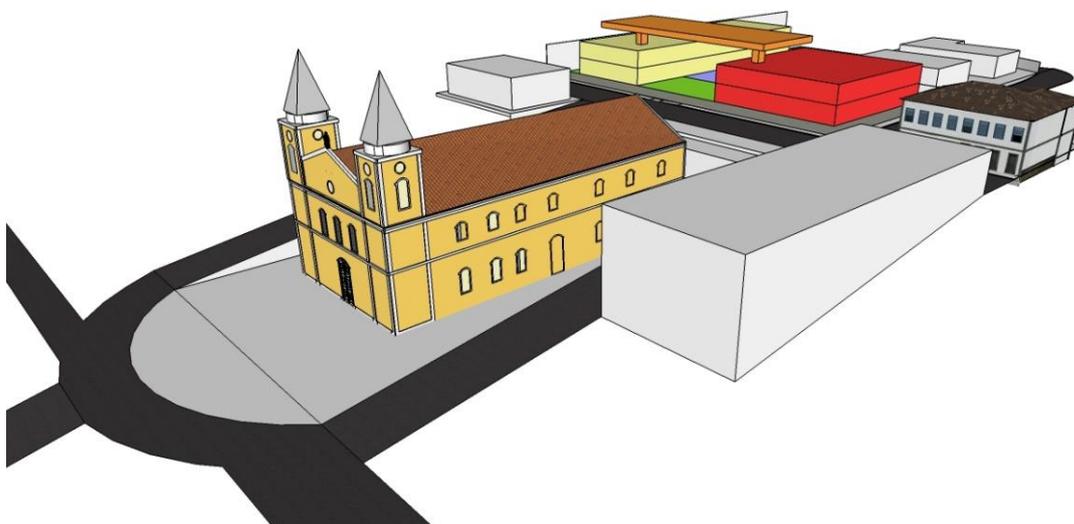
3.5. Partido arquitetônico

Em função dos levantamentos realizados envolvendo toda base teórica, o programa de necessidades e o conceito do projeto, o partido arquitetônico busca apresentar a síntese de todas as ideias por meio de representação gráfica (Figuras 56 e 57).

Mediante as condições do terreno e levando em consideração as condicionantes locais como a preocupação com a integração entre os espaços e a grande identidade visual da população com o bem tombado, algumas esquematizações foram estudadas para a escolha da melhor posição do projeto dentro do terreno (Figura 58).

As figuras 59, 60, 61 e 62 apresentam a definição dos usos em cada pavimento dos edifícios, e soluções para o melhor aproveitamento da iluminação e da ventilação aparecem na figura 63. A ventilação necessita de métodos para captação, uma vez que a direção dos ventos dominantes incidem sobre a fachada com muros altos advindos dos terrenos laterais (Figura 63).

Figura 56 – Perspectiva geral do terreno com o entorno.



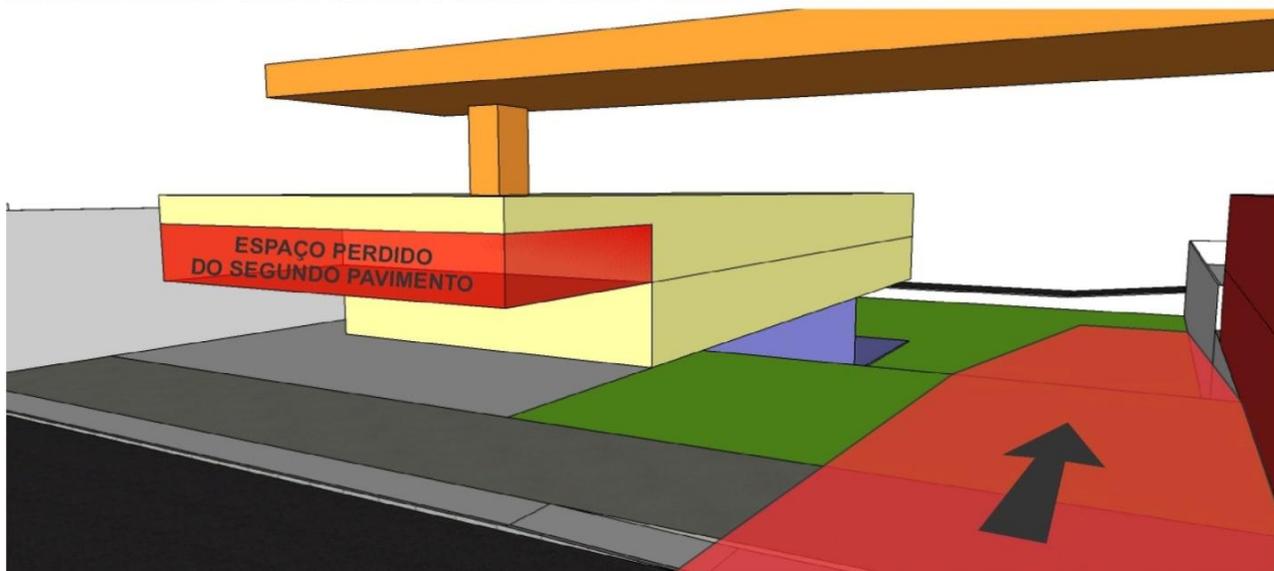
Fonte: O autor, 2018.

Figura 57 – Perspectiva do terreno indicando o ed. inventariado ao lado.



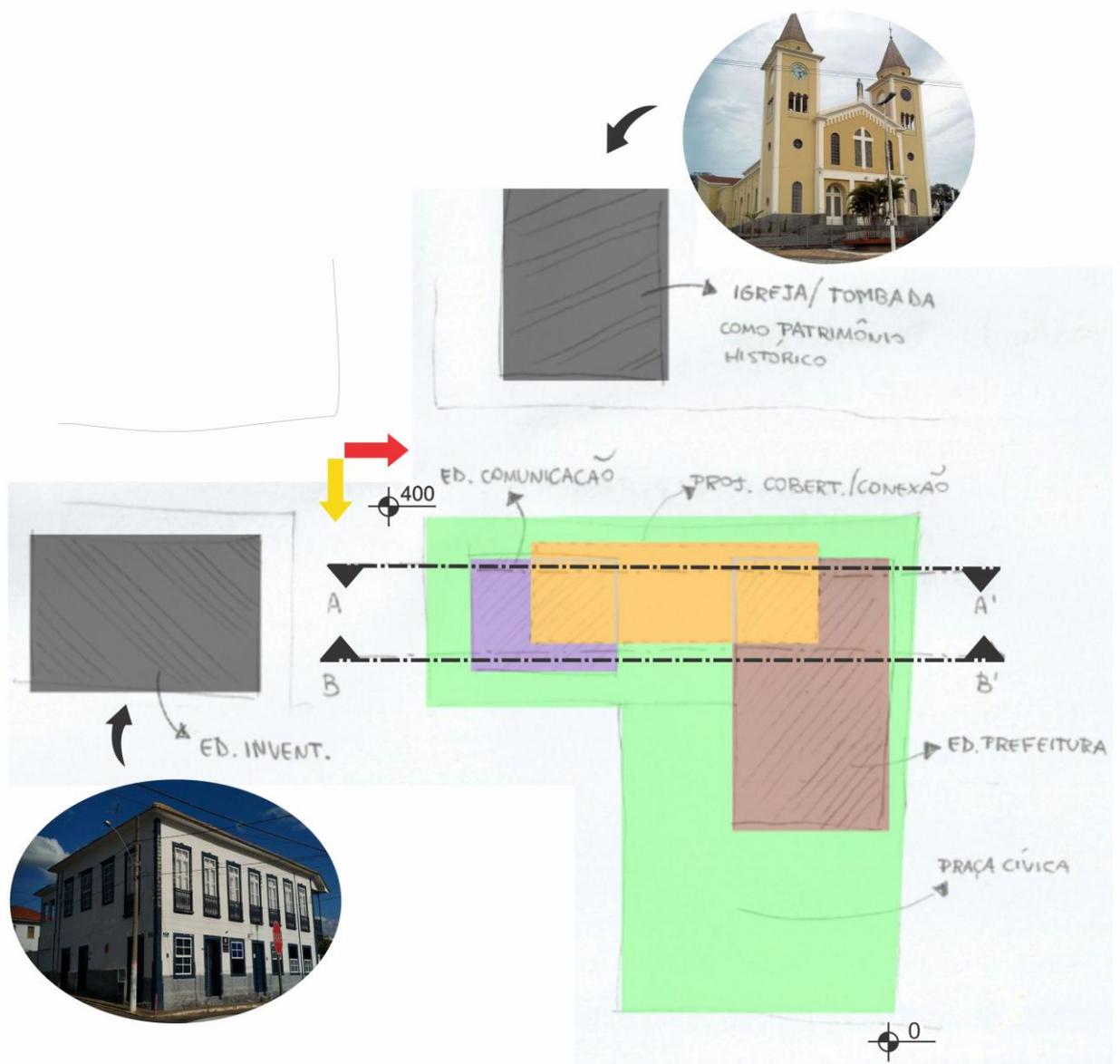
Fonte: O autor, 2018

Figura 58 – Indicação das escolhas de implantações.



Fonte: O autor, 2018.

Figura 59 – Esquematisação da planta do terreno com indicação dos cortes.

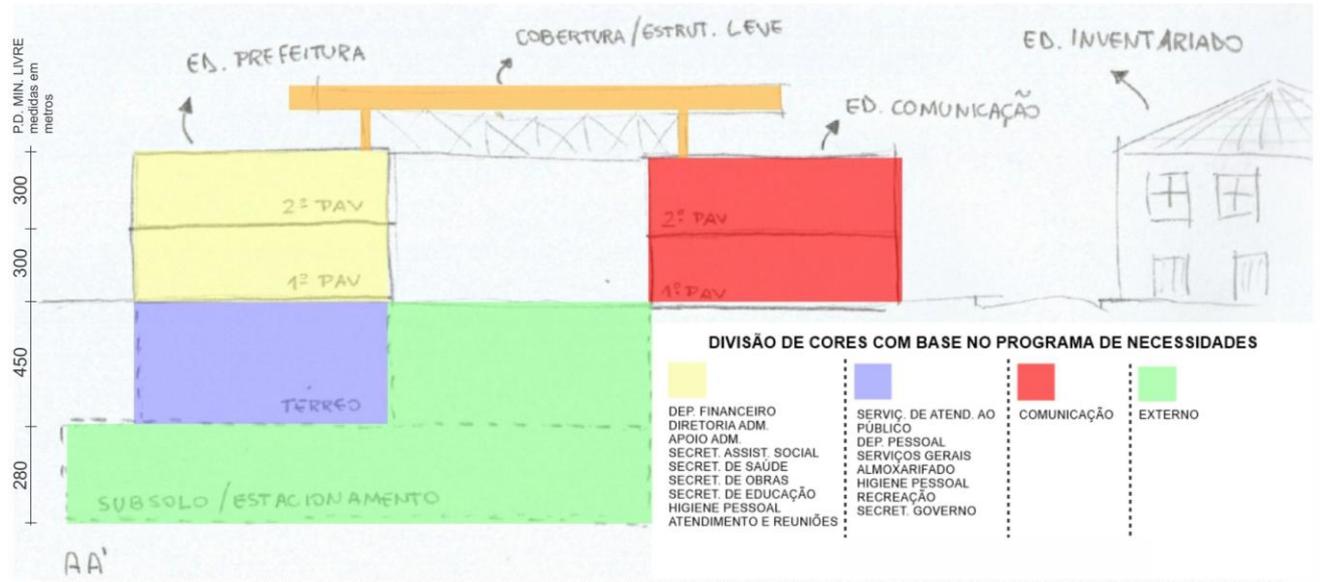


SENTIDO DE VISÃO DAS SETAS



■ Limites do terreno

Figura 60 – Indicação do corte AA'.



MODELOS DE COBERTURA / CONEXÃO



Museu da Nestlé / Metro Arquitetos Associados



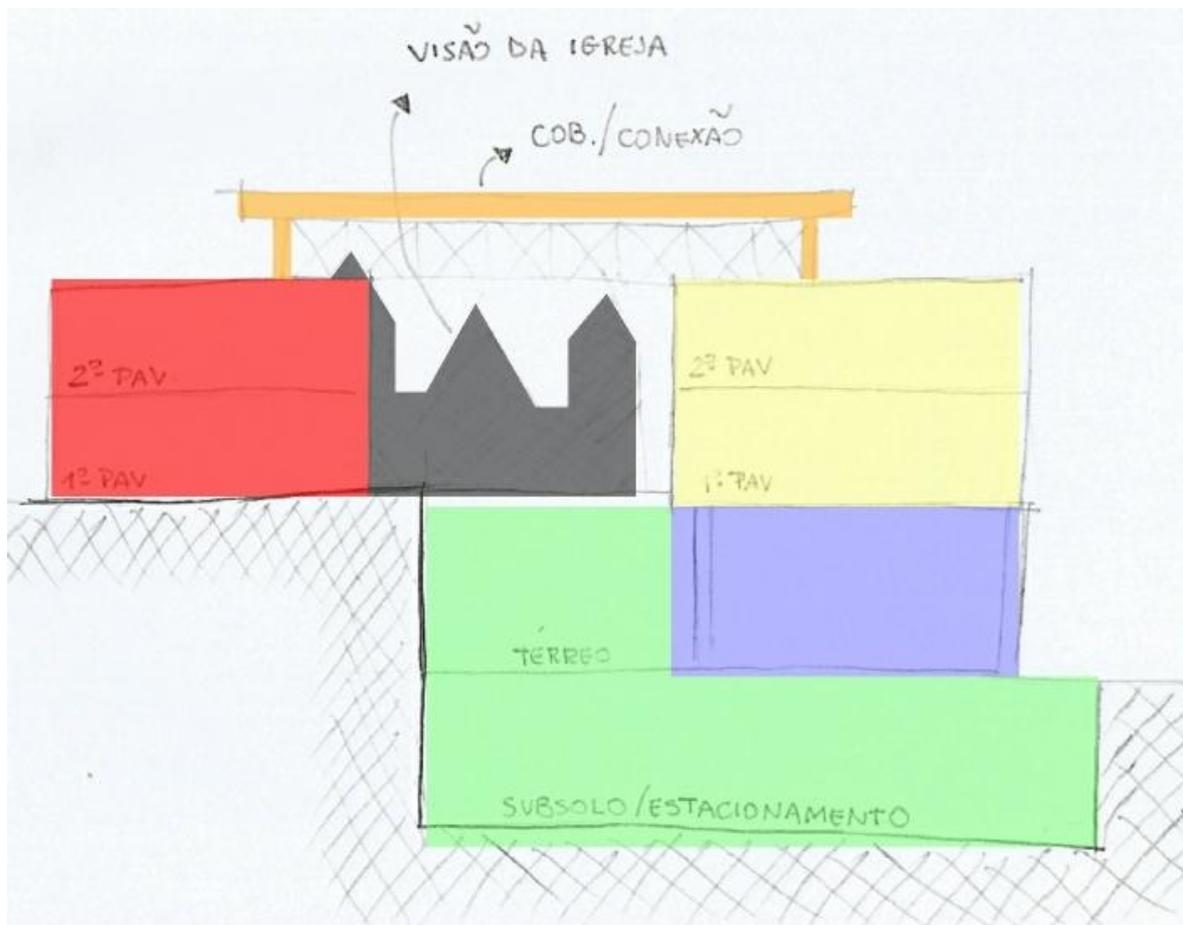
Bridge in Vienna / SOLID architecture



MAR / Bernardes + Jacobsen Arquitetura

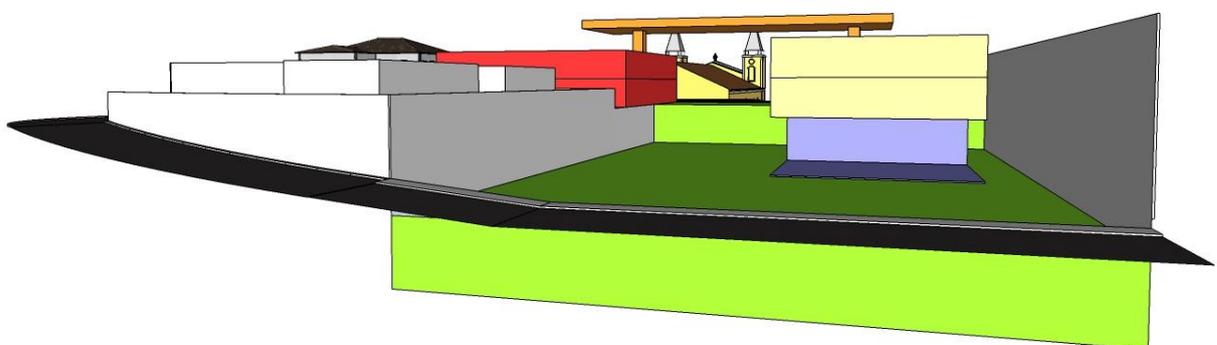
Fonte: O autor, 2018.

Figura 61 – Indicação do corte BB'.



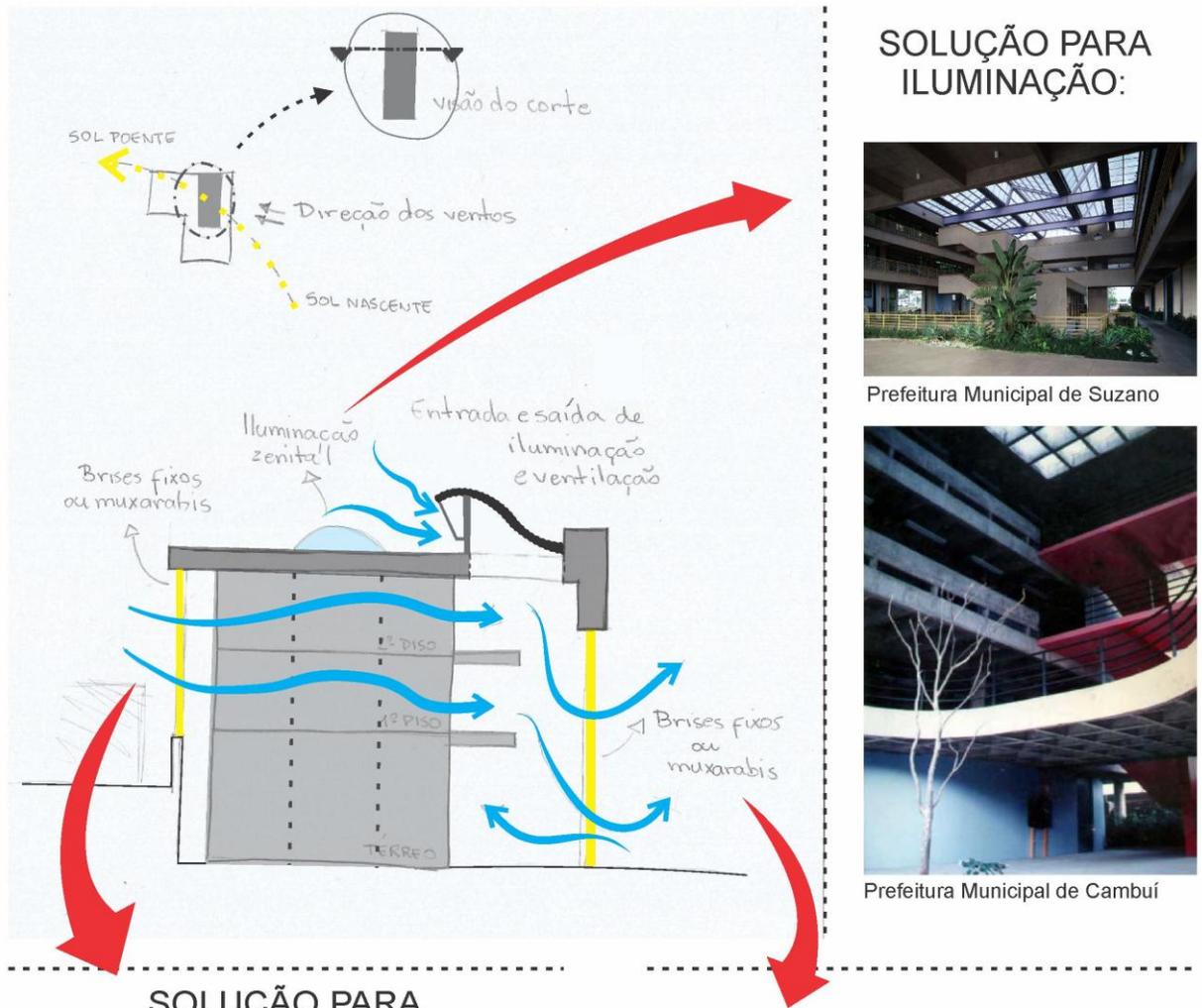
Fonte: O autor, 2018.

Figura 62 – Perspectiva da entrada principal do terreno.



Fonte: O autor, 2018.

Figura 63 – Representação dos esquemas de iluminação, ventilação e fechamentos.



SOLUÇÃO PARA ILUMINAÇÃO:



Prefeitura Municipal de Suzano



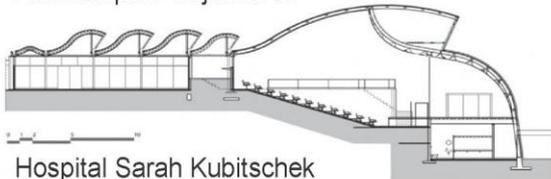
Prefeitura Municipal de Cambuí

SOLUÇÃO PARA VENTILAÇÃO:

Aberturas e captação por sheds



Fábrica Ipel / Cajamar SP



Hospital Sarah Kubitschek

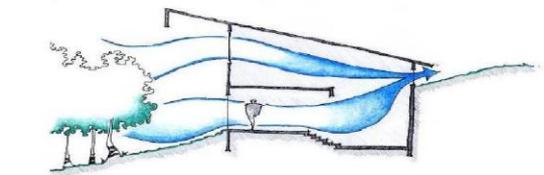


Diagrama de ventilação natural

BRISES, MUXARABIS E COBOGÓ



Sede do SEBRAE / Brasília



Loja de iluminação Lumini / Escritório MK27



Ed. Leitão 653 - cobogós / Triptyque

4. CONCLUSÃO

A Prefeitura Municipal como figura central do município e representante do poder máximo político municipal no âmbito executivo, tem grande importância para a cidade, e por isso é de suma importância que seja projetada para atender de forma eficaz às necessidades locais, garantindo assim os direitos básicos dos cidadãos, o progresso social, e a identidade local obtida por meio da concepção de uma arquitetura adequada a seu uso.

Por isso, entendendo como este espaço funciona, e com base no objetivo principal de elaborar um projeto de uma Prefeitura Municipal para a cidade de São Gonçalo do Sapucaí que atenda às necessidades para o bom funcionamento do órgão, uma vez que a atual sede não comporta as demandas do município e se encontra instalada numa área inadequada ao seu uso, foi possível identificar os principais problemas e apontar soluções de acordo com a análise conceitual realizada.

Por se tratar de um espaço voltado ao público e que envolve múltiplas relações entre o usuário e ambiente construído, o conceito para o projeto partiu do ideal de integração, já que ao longo do tempo houve uma fragmentação entre o urbanismo e a arquitetura, e até mesmo dos próprios departamentos da prefeitura. Portanto, para se alcançar este conceito foram estudados os seguintes casos: a) Uma análise restrita do sentido e da essência de se conceber uma forma para se alcançar uma arquitetura autêntica e funcional, conforme os estudos apresentados por Edson Mahfuz; b) O restabelecimento do vínculo entre os edifícios e o espaço público como eram definidos desde a época das ágoras gregas; c) A utilização das normas e diretrizes, bem como das leis de proteção que salvaguardam os direitos da população e a visibilidade do bem cultural, e são utilizadas como instrumento para definir o limite de gabarito, a proporção do edifício e a possível posição do edifício no terreno; d) A utilização dos artifícios empregados nas referências projetuais que permitem que o ambiente construído se torne uma extensão do contexto urbano e conecte a população com o edifício; e) A análise e diagnóstico da área e do entorno, que por meio da topografia apontam a área de cota mais baixa como o acesso principal por ter um porte maior e poder receber tanto pedestres quanto veículos, definindo esta, portanto, a área de atendimento mais voltada ao público devido a estas condições, assim como as estratégias para captação de iluminação principalmente de ventilação, já que toda a fachada leste do edifício irá possuir barreiras como um muro alto e edificações, dificultando a entrada natural dos ventos predominantes que incidem sobre esta fachada; f) E o programa de necessidades, que através do partido se pôde identificar a divisão das áreas conforme seus usos e especificações.

Em suma, com a junção destas definições e soluções, tornou-se possível que uma proposta fosse gerada para configurar este novo local de interação, reatando o conceito de integração entre o espaço público e o privado por meio da apropriação dos espaços pela população, e que será mais bem desenvolvida no TCC 2, conferindo este edifício não só o direito de democracia da população através da aproximação com o edifício, como também a conversão deste órgão público como referência visual, o que irá promover grande valorização urbana da região.

REFERÊNCIAS

- ALVICO, H. **Requalificação Praça Rotary, Vila Buarque - SP**: Trabalho Final de Graduação – FAU Mackenzie. São Paulo, p. 34. 2013.
- BERTOLDI, M. **Vejo a arquitetura como uma manifestação artística**: depoimento. [25/05/2010]. Curitiba: Gazeta do Povo. Entrevista concedida a Ana Carolina Nery.
- CARVALHO F. Q. **A Administração Pública: uma análise de sua história, conceitos e importância**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-administracao-publica-uma-analise-de-sua-historia-conceitos-e-importancia/37923/>>. Acesso em: 24 de mar. 2018.
- CASTELLAN, G. R. (2000?). **A Ágora de Atenas: aspectos políticos, sociais e econômicos**. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra26/agora.htm>>. Acesso em: 20 de abr. 2018.
- FERREIRA, A. B. H.. **Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa**. 1. Ed. Rio de Jeniro: Nova Fronteira, 1988.
- HAERTER C. S. **A importância das paisagens dos paços municipais da microrregião do Vale do Jaguari-RS**. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_007/artigos/artigos_vivencias_07/Artigo_14.pdf>. Acesso em: 24 de mar. 2018.
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Edição brasileira do texto referente às palestras dadas na Universidade de Delft em 1973)
- HOLANDA apud ALVES, R. R. **Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações**. 2009. 14 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Católica de Goiás, Goiás.
- MAHFUZ, E. **Reflexões sobre a construção da forma pertinente**. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.
- OYARZUN et al., 1999 apud MAHFUZ, E. **Reflexões sobre a construção da forma pertinente**. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.
- PALERMO, H. Nicolas. **O Sistema Dom-Ino**. Setembro de 2006. 220 pag. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, setembro de 2006.
- SILVA apud COSTA, J. M. **Prefeitura Municipal?**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Gramatigalhas/10,MI126839,91041-Prefeitura+Municipal>>. Acesso em: 14 de set. 2018.

THIESEN, B. **Significados nas representações escultóricas da fachada da Cervejaria Bopp & Irmãos, Porto Alegre.** *An. mus. paul.*, Jun 2006, vol.14, no.1, p.170. ISSN 0101-4714